

**UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FACULDADE DE  
ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA**

**ALAN TOMAZ DE ANDRADE**

**BIXA PRETA: DAS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA DO ESTADO ÀS REDES  
DE ENFRENTAMENTO AO GENOCÍDIO DE HOMENS NEGROS GAYS.**

**BAURU**

**2021**

ALAN TOMAZ DE ANDRADE

**BIXA PRETA: DAS NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA DO ESTADO ÀS REDES  
DE ENFRENTAMENTO AO GENOCÍDIO DE HOMENS NEGROS GAYS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Unesp - Campus de Bauru, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier.

BAURU

2021

Andrade, Alan Tomaz de.

Bixa Preta: das narrativas de violência do Estado às redes de enfrentamento ao genocídio de homens negros gays/ Alan Tomaz de Andrade, 2021

78 f. : il.

Orientador: Juarez Tadeu de Paula Xavier.

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2021

1. LGBTI+. 2. Mídia. 3. Necropolítica. 4. Tecnologia. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ALAN TOMAZ DE ANDRADE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.**

Aos 05 dias do mês de março do ano de 2021, às 19:30 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de ALAN TOMAZ DE ANDRADE, intitulada **Bixa preta: das narrativas de violência do estado às redes de enfrentamento ao genocídio de homens negros gays**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Assistente Doutor JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação / Universidade Estadual Paulista, Professora Doutora GRASIELA LIMA (Participação Virtual) do(a) Fundamentos da Educação / Faculdades Integradas de Jaú, Professor Assistente Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação / Universidade Estadual Paulista. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Assistente Doutor JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER

A todas as Bixas Pretas que colocaram a cara no sol em defesa da vida denunciando a existência de um estado racista e LGBTIfóbico. Aos meus guias que nunca me abandonam. Esse texto é sobre narrativa do “eu”, do “nós” Bixas Pretas.

## AGRADECIMENTOS

Sou grato aos orixás, que mesmo diante do caos que estamos vivendo, não me deixaram desistir: do mestrado e de continuar lutando pela vida e liberdade de cada corpo preto e LGBTI+. Agradeço grandiosamente a parceria do meu orientador e amigo Prof Juarez Xavier, pelos ensinamentos, direcionamento e encorajamento para enfrentar as estruturas conservadoras da Universidade. Gratidão a minha família, especialmente pais e irmãos pela paciência, por compreender minha ausência para fazer com que esse título seja uma realidade. A todos os amigos que estiveram comigo neste processo. Não menos importante, agradeço a mim mesmo, que por horas estava distante, impaciente, angustiado mas mesmo assim fui capaz de compreender que tudo isso é um processo para chegar onde sempre sonhei. A paciência revolucionária da Bixa Preta!

## EPÍGRAFE

Negritude e bicharia, aqui, são feitiços tecnológicos que se acoplam ao corpo para a produção de um sujeito que tem como exercício a própria reinvenção através da expressão de suas marcas. Um conjunto movediço de discursos que tentam apreender corpos tal como se represa águas, contudo, dadas as infinitas possibilidades de existências, os sujeitos contestam, negociam, resistem e reconduzem direcionamentos normalizantes e transbordam às margens. (Vinicius Zacarias; Kauan Almeida)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Consciência Bicha Preta. Justificando, 2018.

## RESUMO

De corpos marcados pela violência, aos esforços cunhados para o enfrentamento do genocídio e da necropolítica. Estes dois cenários resumem a trajetória de homens negros gays no Brasil, que historicamente se organizam para denunciar a existência de um Estado que promove a morte em massa de sua população e que proporciona entraves na obtenção de Políticas Públicas para sua comunidade. A mídia e tecnologia, utilizadas como extensão e ferramenta política deste status quo, reforça o estigma da realidade de vida de homens negros gays, que saturados, passam a se apropriar do código e produzir enfrentamentos ao genocídio e a necropolítica brasileira. Considerado um dos países mais violentos para população negra e LGBTI+, hoje o Brasil presencia a articulação de corpos subalternos para denunciar a existência de um cenário perverso e estimular o desenvolvimento de iniciativas disruptivas para valorização da vida e defesa de diversidade.

**Palavras-chave:** LGBTI+. Mídia. Necropolítica. Tecnologia



## **ABSTRACT**

From bodies marked by violence, to the efforts coined to confront genocide and necropolitics. These two scenarios summarize the trajectory of black gay men in Brazil, who historically have organized themselves to denounce the existence of a State that promotes the mass death of its population and that provides obstacles to obtaining Public Policies for its community. The media and technology, used as an extension and political tool of this status quo, reinforces the stigma of the reality of life of black gay men, who, saturated, start to appropriate the code and produce confrontations with genocide and Brazilian necropolitics. Considered one of the most violent countries for black people and LGBTI +, today Brazil is witnessing the articulation of subordinate bodies to denounce the existence of a perverse scenario and to stimulate the development of disruptive initiatives to value life and defend diversity.

Keywords: LGBTI+. Media. Necropolitics. Technology

## **LISTA DE SIGLAS**

ANLGBT- Associação Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais

APLICS- Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura Subalternas

GGB- Grupo Gay da Bahia

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTI- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgeneros, Intersexo

UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## TABELAS

1. Dados do relatório anual de mortes LGBTI+ nos anos de 2017, 2018 e 2019 do Grupo Gay da Bahia.....	38
---	----

## SUMÁRIO

<b>PROLOGO</b> .....	13
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 Constatação do problema concreto</b> .....	21
1.1 A construção do Estado brasileiro: o que significa ser Bixa Preta em um dos países mais violentos para o povo preto e para a comunidade LGBTQIAP+... 22	
1.2 Racismo estrutural .....	24
1.3 A LGBTIfobia como política de morte.....	26
1.4 Qual o lugar da Bixa Preta nas cidades: disputas, negações e ocupação do espaço público por corpos periféricos. ....	27
<b>2 Ofuscando o arco íris: a necropolítica brasileira como tecnologia política de morte e controle de corpos de homens negros gays.</b> .....	29
2.1 Diálogos entre Foucault e Mbembe para compreensão da violência .....	29
2.2 A manifestação da violência direta e estrutural contra homens negros gays no estado federativo brasileiro: análise da manifestação da necropolítica no atual governo. ....	36
<b>3. Mídia, tecnologia e diversidade: a utilização de tecnologias de comunicação e de proteção de homens negros gays</b> .....	40
3.1 Bixas Pretas e a apropriação de ferramentas tecnológicas para ações políticas de enfrentamento do genocídio: Homens negros gays se apropriando de ferramentas para ações políticas de enfrentamento ao genocídio. ....	45
<b>4 Grupo Gay da Bahia como exoesqueleto tecnológico de segmentos da população negra</b> .....	52
4.1 A relação das reivindicações do GGB e a resposta do Estado de acordo com suas demandas: criação de narrativas para autoproteção e empoderamento de homens negros gays. ....	57
<b>5 Narrativas de possibilidade para bixas pretas.</b> .....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	69
<b>Referências</b> .....	72

## PROLOGO

Na dramaturgia grega, o prólogo era utilizado para apresentar a primeira parte de uma tragédia, momento em que se expõe uma narrativa. Por isso, aqui se escreve em primeira pessoa, pois a ciência jamais estará desarticulada com as subjetividades que envolvem a vida do pesquisador. Muito pelo contrário, ela é o elemento essencial para salvar vidas.

A ousadia que motivou a construção desta obra e que instigou dedicar minha vida acadêmica em um Programa de Pós Graduação aos estudos de homens negros gays, partem de um grito exigindo visibilidade, criação de novas epistemologias e também para denunciar a existência de um estado que contribui diretamente nas estatísticas de mortes de Bixas Pretas. Em todo texto desta dissertação o termo “Bixa Preta” será escrito em maiúsculo, pois é preciso humanizar esses corpos que durante toda história da construção deste país foram desumanizados.

O meu processo de identificação enquanto um homem negro gay não foi muito diferente da realidade de outros como eu: uma infância baseada em “cercados” ideológicos de uma construção social marcada pela hegemonia do homem branco, uma adolescência marcada por solidão e o início de uma vida adulta regada de omissões, hipersexualização e ausência de afetividades.

O reconhecer-se Bixa Preta foi uma ação muito dolorida, pois durante minha história, fui colocado neste lugar, antes mesmo de poder falar por mim. Atribuo a isso, minha motivação diária de articulação política e intelectual, para que seja possível pensar e construir uma outra realidade, caminhando lado a lado com as minhas comunidades, em busca de narrativas de possibilidades para corpos que quando não são invisibilizados, são mortos.

Minha militância acadêmica inicia-se no ano de 2014, quando ingresso no curso de Jornalismo como bolsista em uma instituição privada. A partir de então, pude vivenciar na pele como esses espaços repudiam a nossa presença, não de forma escancarada como muitos pensam mas através de mecanismos sutis de racismo, preconceito e discriminação racial, que se manifestam por meio do não reconhecimento da minha intelectualidade, no silenciamento da minha voz e

deslegitimação da minha atuação política e intelectual, tudo isso em uma jornada solitária e cansativa.

Neste momento, tive minha primeira experiência com os movimentos sociais de resistência, espaços de diálogos, de curas e de trocas que nenhum preciosismo acadêmico ou qualquer refutação das “branco cis heteronormas” podem apagar. Nós pretas e pretos, nos fortalecemos historicamente na oralidade, na presença física com a nossa comunidade mas agora é preciso avançar, estamos articulados para escrever nossas próprias histórias, pois como elucida Chimamanda Ngozi “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas” (NGOZI, 2019, P.27).

Ser o único aluno preto e gay em um curso de jornalismo, me fez refletir o quanto nossa presença é fundamental e pedagógica nesses espaços. Até por que, quando seria possível existir uma monografia pautando a ausência de representatividade negra na mídia brasileira, se não viesse das mãos de um pesquisador negro, que não só estuda sobre o tema mas também é o sujeito de pesquisa.

Saio da graduação com título de jornalista e também com inúmeras incertezas, consequência de um país que propõe políticas de sucateamento de mão de obra qualificada e especificamente, daquelas que desenvolvem trabalho intelectual. Todavia, mesmo com esse cenário cruel e perverso, absorvo momentos extremamente importantes para construção do que sou hoje, fatores que só foram possíveis graças ao primeiro contato com literaturas negras, com o desenvolvimento da militância e com o incentivo de ser orientado por uma mulher preta, que inclusive era a única docente negra da instituição.

Antes mesmo de iniciar o curso de jornalismo, já tinha uma grande paixão na área da educação, almejando cursar ciências sociais e história, por conta dos insumos que cursos críticos podem oferecer e também pelo carinho que tenho pela sala de aula e de compartilhar conhecimento de forma coletiva. É disso que nasce a vontade de iniciar minha caminhada rumo à docência.

De fato eu já sabia que era muito difícil um jovem negro gay pobre, que estudou a vida toda em escola pública e que se formou em uma universidade particular, associando estudos e emprego, passar em programa de pós

graduação de uma universidade pública, competindo de forma desleal com outros discentes que realizaram grandes iniciações científicas, participaram de congressos fora do país e que durante a graduação já tinham incentivo para trilhar tal caminho.

Mesmo diante das incertezas, resolvo me matricular como aluno especial no ano de 2018, cursando a disciplina de APLICS com o Professor Doutor Juarez Xavier, para conhecer de perto o seu trabalho e no ano seguinte, tentar ingressar na instituição. Nesta época, um fenômeno muito interessante aconteceu: eu não só fui aprovado no processo seletivo, como também obtive uma das maiores notas do ano de 2019, provando para mim mesmo e também para história deste país, que outros caminhos para jovens negros gays são possíveis.

Quando achei que a maior muralha seria a aprovação no processo seletivo, me deparei com as disciplinas, especialmente aquelas que cuidam da parte mais primorosa das pesquisas, as aulas de metodologia. Neste momento voltei a sentir todos os olhares direcionados a mim na graduação, sobre a minha capacidade enquanto pesquisador e também sobre a legitimidade do meu tema de pesquisa.

E foram nesses momentos, na dor da tortura psicológica que é a pós graduação, associada ao trabalho CLT, que expus as mazelas que essa sociedade impõe para nós homens negros gays, a cada momento evidenciando que meu corpo além de ser voz de afeto, tem sangue de luta.

Assim como na arte do teatro, é preciso contextualizar a plateia sobre as implicações que levaram a construção do espetáculo. A partir de então, a cena muda mas o elenco continua sendo mesmo.

Hoje tenho força para assumir, que esses dois anos e meio de pós graduação, além de me deixar muito satisfeito por pesquisar e dialogar com aquilo que acredito, tendo a possibilidade de denunciar um estado racista, patriarcal e pouco preparado para debater sobre diversidade, também me adoeceu. Primeiramente por que a ausência de incentivo à pesquisa deixa pós graduandos a própria sorte, sem bolsas e tendo que fazer dupla jornada entre academia e mercado de trabalho; pela não possibilidade de iniciar minha carreira

na docência por meio de estágios e principalmente, por enxergar de um lugar muito privilegiado, que o principal inimigo de nossos corpos é o próprio estado.

Durante esse tempo apreendi muito com autoras e autores referência na discussão sobre a intersecção: negritudes, gênero e sexualidade, mas também pude me formar por meio da arte, das vivências e do contato direto com a realidade de pessoas LGBTI+ de todo país, principalmente pela minha participação no programa Embaixadores da Todxs Brasil. Até por que, reforçando a tese que defendo nas páginas a seguir, é impossível conhecer a realidade do outro, se você não estiver ali, lado a lado com o sujeito que sofre.

Por fim, este é o momento do clímax. O que será lido a partir de então, são esforços dedicados para compreender de que forma o estado atua por meio de narrativas violentas para destruição de corpos de homens negros gays e como esses sujeitos estão se organizando para superar o genocídio contra sua comunidade.

É importante lembrar, que para realidades que foram silenciadas e levadas por meio da valorização da história única, que no Brasil é marcada pelo discurso do homem branco europeu, toda e qualquer produção será uma fagulha, que mais tarde se transformara em chama de justiça- Laroyê!



## INTRODUÇÃO

Bixa Preta: das narrativas de violência do Estado às redes de enfrentamento ao genocídio de homens negros gays, é um texto de dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Mídia e Tecnologia da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista: Julio de Mesquita Filho.

Esta dissertação pretende denunciar a necropolítica brasileira, por meio da destruição em massa de corpos de homens negros gays, apresentando em contra partida de que forma esses sujeitos historicamente estão se organizando para criar iniciativas de autoproteção e enfrentamento do genocídio, utilizando como aliadas a mídia e a tecnologia.

Inicialmente, este estudo estava direcionado para investigar de que forma a masculinidade hegemônica produz interferências nas performances sociais de homens negros, em uma sociedade que respira a partir de ideias eurocêntricas e que tem total alinhamento e valorização da estética e da história única da branquitude. Todavia, ao avançar nos estudos de gênero e sexualidade, observou-se uma grande oportunidade de contribuir para o campo dos estudos de homens negros gays, trazendo para pesquisa minhas vivências enquanto sujeito de pesquisa.

A questão problema que motivou a realização deste estudo, é por qual motivo se mata tantos homens negros gays no Brasil. Diante deste questionamento, tem-se o histórico violento da colonização dos países da América Latina, principalmente quando se discute questões raciais, de gênero e sexualidade.

Aqui se estuda iniciativas de compreensão histórica para construir indignações que contribuam com a reflexão e a superação da necropolítica brasileira, que afeta diretamente a vida de homens negros gays. Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), no ano de 2019 foram computadas 329 mortes violentas contra LGBTI+, sendo 37,08% desta amostra composta por pessoas negras. Entre as duas principais causas mortis desses números, encontram-se o homicídio e o suicídio, formas de interromper existências e vozes

potentes de grupos que lidam com a vulnerabilidade dentro das cisheteronormas e também dentro de sua própria comunidade.

Mais uma vez, reforça-se o compromisso da Universidade para promoção e defesa da diversidade, sendo assim, meu dever enquanto pesquisador, foi de dissertar e valorizar essas formas de ser, por meio da compreensão dos problemas enfrentados por esses sujeitos, contribuindo inclusive com mecanismos que auxiliem esses grupos na superação do genocídio e no empoderamento de sua comunidade.

Tem-se como objetivo geral, analisar como a formação de um Estado racista, patriarcal e suprematista branco contribui para subalternidade de corpos de homens negros gays e como a tecnologia tem sido utilizada por esses sujeitos para criação de narrativas de possibilidades de superar o genocídio.

Já os objetivos específicos, encontram-se nos campos de: estudar as mobilizações tecnológicas de homens negros gays para o enfrentamento do genocídio e a autoproteção de sua comunidade; refletir e valorizar as formas como o Grupo Gay da Bahia, utiliza as ferramentas tecnológicas e midiáticas para expor o genocídio e reivindicar políticas para superação das violências.

Nesta dissertação, a reflexão metodológica ocorre por meio dos estudos de Maria Immacolata Vassallo de Lopes, em sua obra “Pesquisa em comunicação” (Lopes, 2014). Esta escolha é justificada pela crítica que a autora faz sobre a forma como se pesquisa no Brasil e como esta discussão é levada até a universidade, criando assim um fenômeno de desvalorização das questões sociais e uma preocupação exacerbada com caráter tecnicista dos estudos, desumanizando pautas e sujeitos sociais.

A autora propõe uma forma disruptiva de observar a metodologia, que ocorre por meio de níveis, onde no nível epistemológico se estuda os métodos de compreensão do paradigma de pesquisa, que surge inicialmente por meio da construção do tipo ideal (Weber, 1999) e das categorias de análise (Santos, 2006). Sendo assim, delimitou-se as pessoas (quem são os sujeitos que estão rompendo com essas narrativas de violência), os processos (o que esses sujeitos estão fazendo para o enfrentamento e autoproteção do genocídio) e as plataformas (quais são os meios utilizados para fazer com que seus conteúdos

se tornem instrumentos de mobilização social), utilizando como método de pesquisa o indutivo.

O nível teórico se deu por meio de pesquisa bibliográfica, buscando uma explicitação conceitual da pesquisa, utilizando autoras e autores referências no estudo de raça, gênero, sexualidade e classe.

O nível metódico é construído por meio da utilização do texto dissertativo, de causalidade múltipla (por se tratar de um estudo interseccional), onde as variáveis são dependentes (uma vez que os fenômenos sofrem interferência de diversos fatores para se chegar a um resultado); e sua causalidade qualitativa.

No nível técnico, a operacionalização ocorre por dois pontos de partida. Inicialmente pelo levantamento do referencial teórico e em seguida pelo estudo de conteúdos midiáticos produzidos por homens negros gays no Youtube, sendo esta última, coletada no período de 2019 ao primeiro semestre de 2020.

Como fora mencionado na introdução deste texto, é necessário ir ao campo para criar uma proximidade com os grupos acêntricos. Sendo assim, para construção do sujeito de pesquisa, analisou-se dois canais de conteúdos protagonizados por homens negros gays, com o intuito de constatar de que forma esses sujeitos estão contribuindo para o debate da superação das violências contra sua comunidade e como estão se articulando para a conscientização, autoproteção e enfrentamento ao racismo e ao genocídio.

Os canais estudados foram<sup>2</sup>: *Muro pequeno* (idealizado por Murilo Araújo-Youtuber, jornalista e pesquisador, mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Viçosa, com pesquisa sobre gênero, sexualidade e religiosidades no Brasil) e *Spartakus Santiago* (Youtuber, publicitário e formado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, com pesquisa sobre LGBTfobia e questões raciais).

No primeiro capítulo, foram abordados temas importantes dos estudos sociais, para que seja possível uma compreensão elaborada de aspectos filosóficos, sociológicos e políticos das discussões sobre homens negros gays.

---

<sup>2</sup> Todos os vídeos utilizados como referencial teórico estão descritos nos anexos

Já no segundo capítulo, foi possível compreender de que forma Foucault tece seu conceito de biopoder, escancarando as raízes da violência em formações sociais baseadas em políticas de monopolização e escravização, refletindo também com o conceito de necropolítica desenvolvido pelo pesquisador camaronês Achille Mbembe.

O terceiro capítulo é destinado para realizar um sofisticado estudo de como a mídia e a tecnologia historicamente foram utilizadas para contribuir com a perpetuação das narrativas de violências contra os sujeitos de pesquisa e como homens negros gays passaram a se apropriar e utilizar essas ferramentas como forma disruptiva de autoproteção e empoderamento de sua comunidade.

No quarto capítulo, é realizado um estudo sobre o Grupo Gay da Bahia, entendendo esse órgão como uma das conquistas mais importantes no campo da luta LGBTI+, por ser a primeira iniciativa de realizar o computo e a denúncia do genocídio da população homossexual no Brasil, assim como questionar e reforçar as violências que são vivenciadas pelas Bixas Pretas.

No quinto e último capítulo, é realizada uma investigação sobre iniciativas importantes no campo das conquistas do movimento LGBTI+, como por exemplo o programa “Brasil sem Homofobia”, e os Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura Subalternas e como esses elementos se revelam como narrativas de possibilidades para comunidades que se viram historicamente vítimas da violência.

Após percorrer esse longo trajeto, na compreensão do que vem a ser o esforço realizado durante esses dois anos de PPGMiT, a relevância deste trabalho encontra-se no campo da promoção de pesquisas sobre a violência racial e LGBTIfóbica, da necessidade de exposição dos dados desta violência e também da importância de programas de Pós Graduação como o de Mídia e Tecnologia, incentivar pesquisas de cunho social, compreendendo o papel social da Universidade, inserido em um contexto de baixa divulgação e produção de epistemologias de Bixas Pretas, principalmente na academia.

## 1 Constatação do problema concreto

A violência é um dos problemas sociais brasileiros que mais exige atenção dos órgãos governamentais, junto da superação da desigualdade e da extrema pobreza. O relatório apresentado pelo Grupo Gay da Bahia<sup>3</sup>, expõe um marcador muito preocupante sobre o aumento da violência letal no país contra comunidade LGBTI+, delimitando também quem está na mira deste cenário de perversidade: homens negros gays.

Segundo GGB, no ano de 2019, o país registrou 329 mortes violentas de pessoas LGBTI+, sendo 37,08% desta amostra composta por pessoas pretas. É importante destacar que no Brasil, não existe um mecanismo oficial de levantamento de dados sobre a violência causada pela lgbtifobia, sendo assim grupos sociais buscam fazer esse levantamento por meio de metodologias próprias, como por exemplo o GGB, que realiza sua mensuração por meio de boletins de ocorrência ou relatos dos familiares dos mortos.

Que o Brasil é um país que mais possui problemas de ordem social, isso não é novidade. Todavia, é necessário avançar na compreensão e superação destas narrativas, uma vez que seu passado histórico de exploração e violências contra grupos subalternos<sup>4</sup>, proporcionou uma realidade de desigualdades, omissão, patologização e criminalização desses corpos e até hoje, pouco se avançou no campo da superação dessas violências, cenário ideal para manutenção da dualidade privilégios e desigualdades.

A violência étnica e racial deve ser observada pelo ponto de análise da interseccionalidade. Ou seja, compreender que outros tipos de violências se agregam ao racismo, como por exemplo questões de diversidade de gênero e sexualidade.

A valorização da hegemonia, presente nas estruturas sociais do país desde a época colonial, construiu a imagem do cidadão a partir da figura do homem branco heterossexual cisgênero e de classe média, desconsiderando e

---

<sup>3</sup><https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>

<sup>4</sup> Negros, indígenas, mulheres, LGBTI+ e moradores das periferias

colocando nas margens todas as outras realidades que não dialogam com esta, em especial as pessoas pretas, mulheres e a comunidade LGBTI+<sup>5</sup>.

Neste sentido, esta dissertação busca analisar e denunciar de que forma o Estado brasileiro contribui para destruição em massa de corpos de homens negros gays e como esses sujeitos estão utilizando a tecnologia para combater o genocídio.

Para avançar nesta linha de raciocínio, parte-se da hipótese de que o Estado brasileiro nasce racista e não preparado para dialogar com a diversidade e por meio de discurso de ódio e ausência de políticas públicas para proteção e valorização desta comunidade, ordena uma verdadeira política de morte para homens negros gays brasileiros.

### 1.1 A construção do Estado brasileiro: o que significa ser Bixa Preta em um dos países mais violentos para o povo preto e para a comunidade LGBTI+.

Antes de compreender a origem do Estado brasileiro e seus antagonismos, faz-se necessário uma reflexão sobre a concepção do que seria este fenômeno. Muitas são as vertentes filosóficas e sociológicas que se debruçam para estudar e compreender sua gênese, por este motivo, me atenho ao conceito marxista da discussão onde Engels (2016, p.208), delimita este fenômeno social como “função de conquista de territórios estrangeiros cujo regime gentílico era impotente para dominar”.

Para o autor, o Estado nasce a partir de duas reivindicações centrais: Primeiramente, pela disputa do monopólio territorial e posteriormente, pela instituição da força pública derivada da divisão da sociedade em classes.

Esta divisão, segundo Marx (2015, p.62), surge para instituir uma múltipla hierarquia entre os grupos sociais por meio da divisão social do trabalho. Nesta, a sociedade se divide entre detentores e não detentores dos meios de produção e da acumulação de capitais. Neste cenário, aqueles que detém o controle dos

---

<sup>5</sup> Sigla utilizada para se referir a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais.

capitais, descendem alguns privilégios e aqueles cujo único bem é a força de trabalho, são explorados e vítimas da violência.

Engels (2016, p.208) reflete que:

O estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro. Tampouco é “a realidade da ideia moral” nem a “imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É, antes, um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-la dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e que se distancia cada vez mais, é o Estado.

Compreender o Estado brasileiro é uma tarefa difícil, uma vez que durante a história do país, vários mitos foram construídos para silenciar as vozes dos subalternos diante das narrativas de violência. Neste sentido, a primeira tarefa é abarcar que não existe o paraíso da diversidade com o genocídio da população preta, com o etnocídio dos povos indígenas, assim como a violência contra mulheres e LGBTI+.

A tese inicial deste período, é apresentar que o Estado brasileiro foi construído por meio de narrativas de exploração e de violência da comunidade negra e também de outros gêneros e sexualidades que fogem do padrão normativo do homem, branco, heterossexual e detentor dos capitais.

Como mencionado em diversos momentos, escrever sobre Bixas Pretas exige um estudo que caminhe pelo campo da interseccionalidade. Ou seja, primeiro é necessário constatar que essa comunidade sofre pela questão racial-aonde a cor da sua pele historicamente foi motivo de violência institucional e também alvo de hipersexualização, para depois relatar que a quebra da narrativa socialmente construída sobre gênero e sexualidade também irá contribuir com o histórico de violência.

Desde a era colonial, a configuração do Estado vem desenvolvendo estratégias para destruir os corpos de homens negros gays. Seja na violência direta, que pode se manifestar por meio da LGBTIfobia operacionalizada por cidadãos comuns e também pelas mãos das forças de segurança pública; Na violência estrutural por meio do imobilismo social que se manifesta na omissão e dificuldades de acesso ao ensino básico e superior; Ao mercado de trabalho e acesso a moradia, causados pelas desigualdades do sistema capitalista; e por fim na violência cultural onde o direito às afetividades e famílias, é negado pelo ideal de objetificação e a hipersexualização dos corpos de homens negros, que contribuíram para política de descartabilidade de corpos, fazendo com que estes sejam vistos como objetos sexuais e de trabalho, conseqüentemente retirando a humanidade destes sujeitos.

Este ideal de hipersexualização do homem negro, também criou o mito da masculinidade tóxica, que é a responsável pela discriminação do homem negro gay em diferentes espaços, que não é aceito pelos gays brancos por não atender aos padrões estéticos e também não é aceito pela comunidade negra por não cumprir os papéis de masculinidade que são cobrados dos homens negros.

Senso assim, é diante deste cenário de violências que possui caráter histórico e poucas iniciativas para superação, que direciono este estudo, buscando problematizar os mecanismos da violência. A intenção é compreender como o fenômeno se dá, para depois caminhar para iniciativas disruptivas de sobrevivência e resistência destes grupos dentro da atual configuração do Estado em uma política neoliberal.

## 1.2 Racismo estrutural

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras. Nas universidades Brasileiras apenas 2% dos alunos são negros. A cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Racionais MC's, "Capítulo 4, versículo 3" (1997)



A escravidão é um dos regimes mais violentos presenciados na construção histórica e social dos países do continente Africano e também da América Latina, que se pauta pela concepção de sujeição do ser humano. Por meio do discurso da superioridade racial, grupos hegemônicos advindos principalmente de países do continente europeu e que detém alto poder dos capitais, justificaram a utilização da mão de obra escravizada de corpos acêntricos, na instauração de uma agenda violenta e mortal.

O Brasil foi um dos últimos países a abolir o sistema de escravização, além de ser um dos locais onde este sistema foi mais violento. Por meio da justificativa irracional da superioridade da raça branca, os países europeus invadiram territórios africanos em busca da extração de recursos naturais e também da dominação humana, fator que resultou na utilização da mão de obra negra africana escravizada para colonizar outros territórios, como por exemplo o caso brasileiro, que além da utilização do negro, também contou com a exploração da mão de obra indígena.

Hoje, é muito comum constatar pesquisadores falando sobre o racismo estrutural brasileiro, todavia, a ausência desta discussão em âmbito social, acadêmico e midiático, pode criar algumas interferências na compreensão do fenômeno.

O racismo brasileiro possui caráter estrutural, uma vez que passados 132 anos da assinatura da Lei Aurea, a maior parte dos negros ainda não conseguiram ascender socialmente e também continuam sem ter acesso a recursos básicos para sobrevivência. Das Ciências Sociais à Literatura, a denúncia deste período histórico é destacada.

JESUS (2001, p.27) escreve:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos . . . Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam felizes. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome!

O cenário mencionado acima, é fruto de como foi dado o fim da escravidão no país, uma vez que a intenção da coroa portuguesa não era encerrar a

dominação racial, mas sim investir em um outro sistema político e econômico, aonde a mão de obra deveria atender aos princípios de competitividade, acúmulo de capitais e meritocracia, sendo assim, surge o capitalismo.

Os negros escravizados foram retirados das senzalas, sem capital, instruções de nível técnico e também sem ter onde morar. É a partir deste momento que começam a surgir as primeiras favelas brasileiras, locais onde os antigos escravizados improvisaram suas moradias e que posteriormente seriam alvo das forças de segurança pública do Estado. Esse movimento de ação imediatista pressionado por forças internacionais, também contribuiu para criminalização de seus corpos e a criação da onda “risco negro”. Momento onde negros escravizados tiveram as ruas como lar e posteriormente foram enquadrados em legislações como a “Lei da vadiagem” abrindo uma nova discussão e também uma nova lógica de segregação, hoje conhecida como encarceramento em massa.

### 1.3 A LGBTIfobia como política de morte

Assumir a sexualidade ou de declarar não identificação com os padrões de gênero socialmente impostos são atos revolucionários. Estampar as cores contidas no arco íris, símbolo da comunidade LGBTI+ vai além do orgulho, descende também de narrativas de perversidade, como por exemplo intolerância, preconceito, violência física e psicológica e em diferentes lócus.

Durante a história das formações sociais em todo mundo, é possível perceber que as opressões que recaem sobre a diversidade de gênero e de sexualidade sempre estiveram presentes. Um dos principais estimuladores deste tipo de opressão é o patriarcado, sistema de dominação e violência que leva à exploração e à opressão da mulher pelo homem. A lgbtifobia surge deste ideal estimulado pelo patriarcado, que por meio de papéis pré-estabelecidos, obriga que pessoas se encaixem no que é dito como de mulher ou de homem, fator que é fundamental para que seu poder se mantenha.

Ainda pontuando o contexto histórico, a partir das grandes navegações e da colonização da América, da África e da Ásia, as civilizações europeias impuseram leis que criminalizavam a homossexualidade e a transgeneridade e este ideal é imposto também no Brasil.

Assim como a questão racial, discutir gênero e sexualidade no Brasil é uma tarefa complexa. Primeiramente pelo preconceito velado da própria sociedade, seguido da omissão do Estado em criar estratégias para assegurar os direitos desta comunidade, resultando na preocupante estatística do Brasil ser um dos países mais violentos para comunidade LGBTI+ no mundo.

Outro fator que necessita ser discutido, são as poucas iniciativas para superação da lgbtifobia. O motor principal deste cenário, é a baixa produção científica sobre a vida e as táticas de resistência desta comunidade, assim como a criminalização tardia deste tipo de violência, fatores que contribuíram para criação de uma “maquiagem social” feita para comunidade, principalmente no que se diz respeito a divulgação oficial dos números da violência.

1.4 Qual o lugar da Bixa Preta nas cidades: disputas, negações e ocupação do espaço público por corpos periféricos.

As reflexões sobre o “lugar” estão muito além de sua concepção espacial. Versa também sobre a posição e o estado dos grupos subalternos diante da atual formação da sociedade.

Constata-se que no Brasil, as narrativas de violência que ocorreram em seu passado histórico se sustentaram, chegando em um ponto aonde o direito de ir e vir ou de ocupar espaços, acaba sendo limitado para alguns grupos sociais, em especial mulheres, LGBTI+, negros e moradores das periferias.

Por meio desta política de desigualdade, a intenção do Estado é controlar esses corpos por meio do imobilismo social, conceito discutido por Moura (1988) como ferramenta das classes dominantes de manter suas estruturas de poder.

Na pesquisa apresentada, a concepção do Lócus está relacionada ao espaço físico. Para refletir estes lugares, é preciso antes fazer uma retomada histórica nos problemas observados nas cidades ainda no século XXI, utilizando as teorias de Harvey (2014). Segundo autor, os problemas das cidades no século XXI, estão expostos em: Crescente urbanização (aplicabilidade da infraestrutura para o pleno desenvolvimento da cidade); Anomia (o crescimento das cidades nasce das necessidades locais); Alienação (o capital trouxe para o ser humano o ideal de crescimento urbano desenfreado) e raiva e frustração (a cidade cresce

a cada dia mais, principalmente as metrópoles por conta da ilusão de desenvolvimento e emprego das grandes cidades, o que resulta na superpopulação dos locais o que gera esta sensação de raiva e frustração por conta da mobilidade urbana, ambientes de risco por conta da criminalidade e falta de acesso à cultura. Tudo isso é resultado do processo massacrante da cidade).

## **2 Ofuscando o arco íris: a necropolítica brasileira como tecnologia política de morte e controle de corpos de homens negros gays.**

O momento inicial de aproximações a respeito do cenário das pautas sociais no contexto brasileiro é fundamental para aprofundar conceitos filosóficos que denunciam a existência de uma política de morte contra corpos pretos e de pessoas LGBTI+.

No primeiro momento desta produção, buscou-se introduzir os elementos iniciais da discussão a respeito das narrativas de violência contra homens negros gays, utilizando epistemologias necessárias para delimitação do problema e do sujeito de pesquisa.

Neste segundo capítulo, a intenção é realizar uma anatomia dos sintomas da necropolítica brasileira, de sua gênese até sua atual configuração, trazendo uma reflexão de como seus efeitos podem “ofuscar o arco íris” símbolo da diversidade, para Bixas Pretas.

Para que tal reflexão seja possível, é preciso promover o debate de que a necropolítica atua como uma tecnologia política de morte e controle de corpos de homens negros gays. Inicialmente por interromper corpos de Bixas Pretas, chegando à perversidade do epistemicídio e da contenção de vozes que se propõe a denunciar esse sistema de violência.

É importante lembrar, que embora este esforço teórico se debruce sobre as perversidades do racismo, classismo e da homofobia, o trabalho também dialoga com as narrativas de possibilidades engenhadas por esses sujeitos buscando a superação do problema. Intervenções que são históricas, fruto da luta coletiva de ativistas sociais e pesquisadores que lutam pela valorização e defesa da interseccionalidade no âmbito da diversidade no século XXI.

### **2.1 Diálogos entre Foucault e Mbembe para compreensão da violência**

Embora exista um grande distanciamento temporal e de perspectivas entre as teorias disseminadas por Foucault e Mbembe, é interessante refletir de que forma é possível revitalizar esses estudos considerando o lócus onde se habita. Neste sentido, reconhece-se os esforços intelectuais de Achille Mbembe ao racializar e descolonizar o conceito de “biopoder” de Michel Foucault, para criar uma epistemologia que verse sobre a experiência de grupos acêntricos

dentro de estruturas de poder geridas pela branquitude e pelas cisheteronormas, fora do contexto eurocêntrico. Aqui se estuda América Latina, Brasil, onde as tensões da intersecção gênero, raça e classe possuem experiências e performam violências de formas totalmente diferentes.

A contemporaneidade é marcada por diversos problemas sociais, principalmente nos países latino-americanos, onde a colonização foi palco das mais diversas narrativas de violência, destacando deste momento as perversidades da colonização e escravização da mão de obra negra africana e indígena.

Diante deste cenário, é necessária uma reflexão crítica e radical, para que se possa progredir no campo da superação da dívida histórica herdada por esses sujeitos. Entre os aspectos fundamentais das obras foucaultianas, destaca-se essa capacidade crítica de denúncia do atual modelo político de estado e de seus dispositivos de poder, sempre considerando que o cenário em que Foucault versa não contempla as narrativas vivenciadas por homens negros gays brasileiros.

Mesmo lançando essa crítica ao olhar enviesado de Foucault, é imprescindível reconhecer suas contribuições na compreensão do poder e como este fenômeno colabora na produção das normas (subjetividades) adequadas às formas sociais vigentes e como isso se intensificou no capitalismo, principalmente pelas suas principais características: o controle, a valorização do discurso único e a manutenção de corpos.

Nesse quadro, o corpo é a realidade política por excelência, o meio através do qual o poder se atualiza e se legitima. O poder para Foucault, é sempre visto a partir de sua microfísica, de sua incidência sobre os corpos individuais em suas práticas cotidianas, isso significa, em uma palavra, que “as relações de poder penetram os corpos” (HILARIO, 2016, p.198 apud Foucault 1994, p.228).

Partindo deste conceito, é importante refletir quais são os corpos que compõe essa microfísica do poder, uma vez que sua operacionalização necessita de poder político-ideológico para controle e disciplina de corpos.

Historicamente, para que essa pirâmide do poder seja sustentada, o discurso da superioridade racial e de gênero era e ainda é um mecanismo utilizado pela branquitude para manutenção do poder. Todavia, para que isso seja possível, é necessário buscar formas de “educar” a sociedade, para que esse formato de governo seja sustentado.

No cenário onde Foucault inicia suas reflexões a respeito do poder, todas as formas de controle estavam concentradas nas mãos de um soberano, representado pela figura do rei, que possuía o direito de decidir quem nasce e quem morre.

Naquela época, basicamente o soberano tinha poder para decidir quem vivia e quem morria. Conseqüentemente, a vida de seus súditos estava sob seu poder e cabia à sua decisão: deixar viver ou fazer morrer. Isso através das guerras, punições de desafetos, inimigos de seu reino ou quem quer que escolhesse. Isso fundamentava pura e simplesmente na soberania do rei, no sangue real que corria em suas veias e que vinha de uma linha de ancestralidade supostamente longa, pela destinação divina no lugar que ocupava, que lhe conferia um poder absoluto, inquestionável e naturalizado. (JUNIOR, 2018, p.22)

Ocorre que com as transformações políticas e sociais do século XIX, houve uma mudança na forma de se pensar o controle de corpos, para atrelar os interesses do sistema capitalista. Sendo assim, o conceito de “fazer morrer e deixar viver” é substituído por “fazer viver e deixar morrer”. Nesta reflexão, se visualiza uma tentativa muito bem elaborada pela soberania, de utilizar os corpos como ferramentas, principalmente com a gênese do capitalismo industrial e sua necessidade da apropriação do corpo, onde é interessante valorizar um corpo saudável para manter a funcionamento do sistema.

Com as mudanças de formas de governo e soberania, advém outras maneiras de lidar com o corpo individual, de cada um, sua organização e disposição, de forma a aumentar a sua capacidade de trabalhar, o que Foucault (1979/2018) chama de tecnologia disciplinar do trabalho. (JUNIOR, 2018, p.22)

Para Foucault em sua concepção de biopoder, onde se valoriza o “fazer viver e deixar morrer” a população em geral corresponderia a um corpo biológico.

Mas para manter a saúde e o pleno desenvolvimento deste corpo, seria necessário eliminar seus inimigos ou qualquer manifestação que ameace seu funcionamento. (Junior, 2018)

Até aqui, foi possível compreender o conceito de biopoder por meio das contribuições de Foucault, onde se altera a forma de controlar os corpos. A partir de então, se visa o lucro pela administração de corpos vivos e não contabilização de corpos mortos. O biopoder é uma forma de gerir aqueles que devem viver para alimentar um sistema que precisa desses sujeitos subalternizados para continuar funcionando. Nele, não preocupa-se com a qualidade de vida, tão menos de que forma esses sujeitos vão viver, mas sim o quanto conseguem produzir. “Este biopoder, elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, garantiu a inserção dos corpos no aparelho de produção, ajustando também a população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2015, p.152).

A partir de então, discorre-se sobre a formulação de sentido relacionando essa forma de manutenção de poder e sua correlação com o controle de corpos de pessoas pretas por meio da teoria de Achille Mbembe de necropolítica. Isso por que na concepção da divisão da população entre superiores e inferiores é necessário que alguns sujeitos sejam eliminados para garantir a saúde, segurança e o desenvolvimento das outras, sendo assim, a morte de alguns significa a potencialização da vida de outros.

Neste aspecto, Achille Mbembe realiza uma crítica ao direcionamento utilizado por Foucault sobre a biopolítica, por compreender que este fenômeno não se inicia na revolução industrial e no cerne do sistema capitalista. Muito pelo contrário, é fruto da colonização e da escravidão, regimes de sujeição do homem.

Como mencionado em outro momento, a grande contribuição de Mbembe foi racializar e descolonizar o discurso, trazendo como ponto central da discussão, o contexto histórico da existência de um estado de exceção para pessoas pretas, onde corpos pretos são considerados inimigos, ameaças, sendo assim, a morte e a eliminação desses sujeitos funcionam como segurança e saúde para o resto da população. Foucault se concentra mais na gestão da vida,



mas é necessário que direcionemos esforços para compreender a gestão da morte, uma vez que alguns corpos são considerados descartáveis.

Para Achille Mbembe a necropolítica parte da compreensão de quem pode viver e quem deve morrer. Neste aspecto, o estado se articula para ditar quais existências são válidas.

Quando direcionamos olhares para o Brasil, considerando os dados do IBGE e também as contribuições de pesquisadoras e pesquisadores negros e LGBTI+, podemos visualizar facilmente as essas estratégias.

Das ciências sociais, filosofia e movimentos sociais se discute o que viria ser o estado uma vez que esta palavra é tão utilizada e quase nunca se tem um conceito fechado ou noção do que realmente significa. Sendo assim, recorro a educação popular para compreender este termo da maneira mais acessível possível.

Isso que chamamos de “estado”, é caracterizado como um conjunto de pessoas convivendo em sociedade, buscando interesses comuns. Mal começamos e já temos um problema. Quem são e como são compostos esses grupos e por qual motivo eles têm o direito de decidir quais são esses interesses. Se formos nos ater a este conceito inicial de estado, paramos por aqui, pois quem é que nunca sonhou em conviver em uma sociedade onde todas as diferenças são respeitadas. Neste caso, a teoria se dissocia totalmente da prática, pois embora o estado represente essa narrativa diversa entre todos os membros, a direção do mesmo altera totalmente seu sentido inicial e pode transformá-lo em uma máquina de aniquilamento de corpos dissidentes.

Vamos falar de Brasil. O país é marcado pela desigualdade e também pela violência. Construiu-se por meio da invasão europeia, que ocasionou em um dos maiores etnicídios<sup>7</sup> contra comunidade indígena, devastação ambiental e também escravização de negros africanos. Se realmente formos definir o estado por meio deste contexto histórico brasileiro e levando em consideração que o único discurso legítimo na época era o do colonizador, temos assim um estado que se constrói a partir da imagem do homem branco europeu

---

<sup>7</sup> Morte em massa de etnias.

heterossexual cisgênero e detentor de capitais. E foi exatamente assim que ele se consolidou.

Tanto naquela época como hoje, todos aqueles que fogem das normas e da imagem do colonizador tem apenas dois destinos: o trabalho escravo e a criminalização. O tempo passou e dois importantes momentos históricos surgiram: a promulgação da lei áurea<sup>8</sup> e a criação da Constituição Federal<sup>9</sup>. Cabe aqui destacar, que embora esses dois momentos sejam um divisor de águas na história do país, ambas iniciativas representaram a jogada de um pano quente nas feridas sociais que presenciamos em nosso passado histórico e também em nosso presente. A cortina de fumaça que se levantou por meio desses dois fenômenos, criou a imagem do Brasil cordial e do “país da diversidade” mas será que realmente já havíamos chegado neste nível.

A situação em que grupos subalternos<sup>10</sup> saíram após anos de exploração foi a pior possível e além disso, agora esses sujeitos estavam destinados à própria sorte. Sem trabalho, renda, moradia, educação, capacitação e muitas vezes sem famílias, esses corpos dissidentes começam a ocupar os mais diferentes espaços e este mesmo estado que outrora os explorou agora passa a criminaliza-los.

Essa sempre foi a grande lógica dos grupos hegemônicos<sup>11</sup>: se os sujeitos que não são como nós não podem nos servir, que sejam então eliminados ou que seus corpos estejam aprisionados longe. É este tipo de pensamento colonizador que ainda orquestra o genocídio da população negra, a LGBTIfobia, o feminicídio e também o aniquilamento da população das periferias.

Suponha-se que a partir de então fica evidente a forma como o estado brasileiro nasce, se desenvolve e caminha para destruição e utilizando como ferramenta seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e seus mais

---

<sup>8</sup>Em 1888

<sup>9</sup> Em 1988

<sup>10</sup> Termo utilizado para nomear os grupos que vivem às margens da hegemonia, como por exemplo negros, LGBTI+, mulheres e moradores da periferia.

<sup>11</sup> Caracterizados pela figura do homem branco heterossexual e cisgênero.

baixos representantes para legitimar em âmbito social a violência e a manutenção da política de morte corpos acêntricos.

O filósofo camaronês Achille Mbembe<sup>12</sup> em referência aos estudos de Michel Foucault<sup>13</sup>, nomeia este fenômeno de controle e destruição de corpos dissidentes no Brasil como necropolítica. Ou seja, o estado brasileiro (representado por seus grupos hegemônicos) é quem decide quem são os sujeitos que podem viver e quem são os sujeitos que devem morrer. E estudando as estatísticas brasileiras, aonde a cada 23 minutos morre um jovem negro violentamente<sup>14</sup>, a cada 8 horas morre um LGBTI+ vítima da violência<sup>15</sup> e a cada 7 horas morre uma mulher vítima de feminicídio<sup>16</sup>, fica evidente qual é o alvo direto desta política.

Embora este texto possa parecer utópico, cheio de teorias e reflexões perversas e fabulosas, é importante compreendê-las para saber que não é à toa que se censura propagandas de bancos estatais que trazem como principal discussão a diversidade de corpos. Que não é por acaso o sucateamento do SUS e a dificuldades que pessoas LGBTI+ encontram ao acessá-lo. Que não é questão de opinião ou estratégia de seleção, quando empregadores utilizam a bandeiras movimento como marketing, mas não contrata esses sujeitos em suas empresas. Ou pior, que não exista um órgão de nível nacional vinculado ao próprio estado que realize pesquisas dos números de violência contra comunidade LGBTI+ e caminhe para sua superação.

Observa-se mais do que nunca o aprofundamento dos problemas encontrados na vida das pessoas LGBTI+ em um governo declaradamente racista, LGBTIfóbico, machista e contra pobreza. A destruição dos nossos corpos, sua criminalização e também o silenciamento nunca foi tão gritante. Por isso é mais do que necessária a articulação da nossa comunidade.

---

<sup>12</sup> Necropolítica.

<sup>13</sup> Biopoder.

<sup>14</sup> Atlas da violência.

<sup>15</sup> Relatório do Grupo Gay da Bahia.

<sup>16</sup> Pesquisa G1.

## 2.2 A manifestação da violência direta e estrutural contra homens negros gays no estado federativo brasileiro: análise da manifestação da necropolítica no atual governo.

Até então, fora apresentado o conceito teórico de necropolítica, sua origem e formulação do termo. Neste capítulo, os esforços realizados caminham para uma análise de como esse fenômeno ocorre na prática, principalmente quando falamos em Brasil, um dos países que mais sofre com a questão da violência contra pessoas pretas e LGBTI+ adicionando o agravante de estarmos inseridos em uma configuração política que colabora para que este tipo de manifestação seja cada dia mais crescente.

Os dados do anuário do Grupo Gay da Bahia, referente a violência LGBTIfóbica embora aponte uma diminuição no número de violências e assassinatos de pessoas LGBTI+ do início do governo de Jair Messias Bolsonaro até os dias de hoje, ainda assim revelam a brutalidade que esses sujeitos estão inseridos por manifestar suas identidades sexuais e de gênero.

2017	445
2018	420
2019	329

1. Dados do relatório anual de mortes LGBTI+ nos anos de 2017, 2018 e 2019 do Grupo Gay da Bahia.

Este fenômeno é nomeado por Etorre Medeiros, como “necropolítica tropical”. Onde parte-se da percepção de que “existe uma rede de cumplicidade que fomenta a manifestação de crimes de ódio LGBTfóbicos na contemporaneidade política brasileira” (Medeiros, 2019, p. 287).

Para Medeiros, essa política de morte discutida por Achille Mbembe possui especificidades quando discutimos o cenário brasileiro, onde os crimes de ódio a minorias sociais, carregam um legado de práticas violentas que são facilmente ligadas às heranças da colonização e ao regime escravocrata. E para contribuir neste cenário de violações, a figura do presidente da república cria o

ambiente perfeito para que a população se sinta-se à vontade para agir da mesma forma.

Bolsonaro incorpora um tipo de conservadorismo encontrado em várias fatias da população brasileira, que visa à manutenção de privilégios de gênero, sexualidade, raça e classe aos já privilegiados e à revogação de direitos conquistados por minorias sociais. Ao dizer sem pudores as frases supracitadas, Bolsonaro mostra quais vidas importam para ele, legitimando hierarquias em que pessoas negras, mulheres, LGBTQs, indígenas, apoiadoras de partidos de esquerda e muitas outras são colocadas em grau de inferioridade. (MEDEIROS, 2019, P. 289).

Embora seja impossível relacionar todos os crimes à figura de Bolsonaro, é importante destacar que o discurso que o mesmo utiliza e que inclusive compôs seu slogan de campanha, colabora para esse crescente. A este fato, alinha-se mais uma vez os conceitos discutidos por Foucault e Mbembe sobre os dispositivos de poder, pois uma vez que o líder de Estado, utilizando de sua posição, não repudia ou cria políticas públicas para eliminação dos crimes cometidos contra pessoas pretas e LGBTQ+ e ainda assim, dá aval para que esse tipo de violência continue acontecendo.

Além do campo do discurso, representado especificamente por insultos, preconceito, racismo e discriminação, as intervenções do governo Bolsonaro, atrelado ao neoliberalismo, cria entraves no andamento das pautas LGBTQ+ no país, assim como iniciativas para barrar o genocídio contra população negra que acontece historicamente no país.

Quando em Janeiro de 2019, Damare Alvez (Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos), verbaliza a frase “menino veste azul e menina veste rosa”, abre-se um precedente muito negativo no que se diz respeito a questão da identidade de gênero. Questão que é muito cara, principalmente para pessoas Trans, que têm desempenhado uma grande batalha por reconhecimento de suas identidades.

É importante reforçar que esses fenômenos não partem de uma ignorância de quem comete. Muito pelo contrário, de forma sutil esse tipo de

discurso está atrelado a um mecanismo de poder para manter as estruturas das cisheteronormas.

No âmbito dessas redes, a sociedade e a cultura ocidental, lato sensu, têm buscado investir de forma mais incisiva, desde o séc XVIII, em certa “coerência e continuidade entre sexo-gênero- sexualidade”, o que sustenta a constituição e legitimação de uma forma *normal* de vida em sociedade cuja base seria a família (mononuclear moderna). Esta, “por sua vez, se sustenta sobre a reprodução sexual [e social] e, conseqüentemente, sobre a heterossexualidade” (ibid.:88). Pode se dizer, então, que esta forma específica de articulação entre corpo, gênero e sexualidade não é natural e nem universal, mas se torna inteligível e operante no interior de redes de poder que a definem e que permitem que ela funcione como tal. (MEYER, D, 2009, P.219).

Em Junho do mesmo ano, foi a vez do estado de São Paulo presenciar o Governador João Dória, impedir que um policial militar gay, de pedir a mão de seu namorado utilizando farda. Deste fenômeno, é possível tirar várias reflexões. Entre as principais, encontra-se o abuso de poder por parte de João Dória e um segundo aspecto para desmascarar o estereótipo héteronormativo que se tem das forças armadas, pois o que é mais comum, é ver casais heterossexuais utilizando farda ou até mesmo a contribuição de todo aparato militar para fazer “declarações”. Porque teria que ser diferente com um policial gay.

Stevi Jackson (2005) diz que a grande utilidade do conceito de heteronormatividade "consiste em poder nos alertar para as formas pelas quais a norma heterossexual é tramada no tecido social de nossas vidas numa série de níveis, do institucional ao cotidiano" e que isso se dá de forma consciente, ainda que, por vezes, seus efeitos sejam contraditórios. Ele sugere que se pense nas intersecções entre “heterossexualidade” e gênero, afirmando que elas são complexas. (LOURO, 2009, P. 90).

Em agosto de 2019, o presidente barra o financiamento da Ancine para filmes com temáticas LGBTI+ e se posicionou contrário ao vestibular para pessoas trans na Unilab. O ato completamente antidemocrático, demonstra mais uma vez as iniciativas de controle daquilo que deve ser veiculado, assim como a tentativa de imobilismo social da população trans, que não consegue acessar o ensino superior, principalmente pelas mazelas sociais em que seus corpos estão inseridos e também pelas normas do “Cistema”, que impossibilitam seu

pleno desenvolvimento nas escolas por não ter respeitada suas identidades e também por não se sentir representadas nesses espaços.

A escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e de identidade de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais. Neste sentido, reifica os modelos de descaso, fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias da dos da discriminação). (PERES, 2009, P.245).

Em setembro de 2019, surge a polêmica cena onde Marcelo Crivella retira histórias em quadrinhos com beijo gay da Bienal do Livro. A ação, além de demonstrar o nível de LGBTQI+fobia do representante político, ainda se configura como uma tentativa de censura à artistas e produção de conteúdos feitos por e que pautem questões LGBTQI+. O que se trata de mais uma estratégia de epistemicídio.

Em outubro do mesmo ano, Eduardo Bolsonaro viraliza suas redes sociais utilizando uma camisa ironizando as siglas da comunidade LGBTQI+, com armas e figuras políticas conservadoras. No mesmo mês, o nome da família Bolsonaro aparece nas investigações da morte da vereadora Marielle Franco.

### **3. Mídia, tecnologia e diversidade: a utilização de tecnologias de comunicação e de proteção de homens negros gays**

É imprescindível atentar-se que os mecanismos pelos quais as violências direta e estrutural acontecem contra os sujeitos de pesquisa, não se limitam ao âmbito legislativo. Existem outras formas de operacionalizar o terror contra homens negros gays e neste momento, a investigação proposta direciona um olhar mais atento para forma como a mídia e a tecnologia podem contribuir na manutenção dessas violações e como grupos subalternos se apropriam dessas ferramentas de forma disruptiva, subvertendo assim um campo baseado em racismo e LGBTI+fobia, construindo espaços de valorização de seus corpos e também de autoproteção.

Tanto a mídia como a tecnologia, possuem diversos conceitos, baseado nas reflexões de pensadores de tais concepções. Neste sentido, é extremamente importante se firmar em uma perspectiva, para construir uma linha de raciocínio que colabore no desenvolvimento de estratégias de superação do problema de pesquisa, assim como criar novas epistemologias que promovam o debate em âmbito global.

Aqui, a tecnologia será estudada por meio dos aparatos tecnológicos e seu poder enquanto prática social. Já a mídia, será observada pela perspectiva da criação e divulgação de conteúdos e sua influência na concepção de estereótipos e promoção do discurso de ódio.

Como fica evidente em diversos momentos desta produção, toda discussão apresentada aqui tem seu alinhamento político em uma crítica sofisticada e denúncia das mazelas do sistema capitalista e também da necropolítica. Neste sentido, além de ter uma compreensão da epistemologia do termo tecnologia, torna-se necessário estudá-la sob a perspectiva da prática social, econômica, política e cultural, fatores que se desenvolvem dentro das relações de poder entre as classes sociais e que ditam o andamento das desigualdades e manifestação das violências, principalmente em países como Brasil, que possui seu passado histórico e seu presente baseado no discurso da desigualdade.



Para o filósofo brasileiro Alvares Vieira Pinto (2005), existem 4 conceitos essenciais na compreensão da tecnologia. Em primeira instância temos sua visão no campo do lógos, ou seja, a associação da tecnologia enquanto técnica, excluindo assim suas outras performances. Em um segundo momento, como sinônimo de aparatos tecnológicos (hardware e software), impedindo assim que seja realizada uma crítica à sua influência social e sua capacidade de acesso e competência para o uso. Em terceira instância, temos a utopia da visão de que a tecnologia é a única salvação para os meios produtivos, desvalorizando a força de trabalho, sucateando suas relações e barateando a mão de obra, excluindo o debate sobre mais valia. Por último, segundo autor, temos a visão da glamourização da técnica, onde aqueles que dominam a discussão sobre a tecnologia e também seu manuseio, possuem relações de poder superiores aos demais membros da sociedade.

Esses quatro fatores utilizados por Pinto (2005), são essenciais para compreender dois aspectos importantes: Primeiro, que a velocidade com que a tecnologia se instalou e se disseminou pela sociedade, assim como a sua capacidade atualização, fez com que não seja possível existir um conceito fechado sobre sua essência. Em um segundo momento, tem-se a constatação de que o sistema capitalista, junto de seu desejo pelo lucro, observou neste fenômeno do século XXI, um grande potencial de concentração de renda, sendo assim, monopolizou tanto a produção quanto a distribuição de seus aparatos, criando mecanismos ideológicos de exclusão e manutenção das violências contra os grupos acêntricos.

Para Rosolen apud Barreto (2020):

A tecnologia não é simplesmente uma benção, mas também pode ser uma maldição. A tecnologia tem um caráter ambivalente, como qualquer ferramenta. Ela pode ser usada para construir ou para destruir. Nós não podemos negar a nossa responsabilidade diante desse saber. (Rosolen, 2020).

Quando iniciamos as discussões a partir da perspectiva midiática, que é um reflexo desta mobilização tecnológica ocorrida nas últimas décadas, também observamos sua utilização como mecanismo de poder, porém, desta vez com

mais influência. Se a tecnologia é capaz de produzir um cenário de desigualdade de acesso, a mídia irá utilizá-la como meio de operacionalizar as violências por meio do discurso e também do monopólio de quem tem lugar de fala.

Não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e hierarquização de saberes consequente da história da hierarquia social. (RIBEIRO, 2017, P.64).

A falta de espaço para comunidade LGBTI+ na mídia só fortalece cada vez mais a diminuição das pautas e urgências desta comunidade alcançar esses espaços.

Tanto a comunicação quanto o acesso à informação, são grandes ferramentas de poder em uma realidade social baseada em consumo de dados em alta velocidade, consequência da sofisticação das novas tecnologias. Neste sentido, quanto maior for o acesso à informação e competências técnicas para utilização dos meios, maior será sua posição de privilégio e de controle da opinião pública (Borges, 2018, p.123).

Na história da humanidade, foi possível identificar que os sujeitos que possuem o monopólio das formas de comunicação, consequentemente detém em suas mãos a capacidade de “se relacionar, aprender, comunicar e ainda ter vantagens na hora de buscar recursos básicos para sobrevivência” (Andrade, 2017, p.54).

Esse modelo perverso se perpetuou durante anos e além de se apropriar desse lugar de poder por meio da narrativa do discurso único, desconsiderou e tirou do rol de discussão, a história e a realidade de grupos subalternos, sustentando narrativas de violência principalmente contra negros, mulheres, LGBTI+ e moradores das periferias (Oliveira, 2017).

No Brasil, a discussão sobre as violências aos grupos acêntricos nos meios de comunicação, iniciou-se pela figura do negro ainda no período da colonização. Na época, os noticiários eram utilizados para venda de escravos, perseguição de negras e negros que se rebelavam contra o sistema escravista e também para procurar escravizados que fugiam da casa grande em busca da libertação (Pinsky, 1992). É importante reforçar, que esse fenômeno também foi responsável pela criação da imagem do negro como inimigo e desertor da ordem. Ideal que segue vigente no século XXI (Alexander, 2018).

É importante salientar, que além do debate sobre a manutenção de poderes e legitimidade ideológica contra corpos dissidentes, os meios de comunicação também são utilizados como um modelo de negócio, criando assim um precedente de que tudo aquilo que deve ser noticiado e valorizado, deve partir do viés do lucro e não da criação de debates e enfrentamentos contra violência.

Importações massivas de tecnologia ocidental, de estruturas, conteúdos e práticas profissionais para o Terceiro Mundo foram benéficas às elites políticas e econômicas estrangeiras e locais, muito mais que aos grupos necessitados e indivíduos cujo bem-estar fora o objeto formal de esforços desenvolvimentistas. (SHINAR, 2008, p.40)

Partindo deste princípio de negações históricas e de construção de imagens que foram baseadas em estereótipos contra essas comunidades, esses grupos começam a compreender a importância da comunicação e se apropriar desses meios para contar suas próprias histórias e informar sua comunidade.

As pessoas negras embora tenham sido protagonistas das primeiras violências midiáticas no Brasil, também foram precursoras no desenvolvimento de estratégias disruptivas para se apropriar das ferramentas de comunicação. No final do século XIX e início do século XX, já era possível ter acesso às primeiras iniciativas de imprensa negra no país. Criadas e geridas por negras e negros recém letrados, “os jornais escritos por esses grupos traziam informações de interesse dos descendentes de negros escravizados e funcionavam como ferramenta de denúncia das desigualdades que os negros eram submetidos” (Andrade, 2017, p.54). Esse momento é marcado como um divisor de águas na

luta negra, uma vez que escravizados de várias regiões conseguiam se comunicar e desenvolver estratégias de luta contra o antigo sistema escravagista e o novo modelo de sistema político, econômico e social que estava nascendo, o capitalismo.

Hoje em 2020, a imprensa negra mantém seu papel de denunciar as omissões do estado e também popularizar o conceito de genocídio da população negra que está em curso. Além disso, teve um grande papel na exposição da situação das pessoas negras periféricas diante da pandemia da COVID-19, uma vez que a imprensa tradicional não realiza a cobertura nesses lócus e o estado por sua vez, não direciona forças para intervir neste problema, dando andamento a histórica necropolítica contra população negra no Brasil.

Em um segundo momento, quem irá presenciar a reprodução dessas violências é a comunidade LGBTI+. Existem dois fatores históricos e fundamentais que causaram entraves na luta pelo reconhecimento e direito básicos à comunidade e que foram disseminados principalmente pelos veículos de comunicação, que são a criminalização e patologização desses corpos.

O ápice da repressão e também da construção dessas imagens contra comunidade LGBTI+ no Brasil, tem início na ditadura militar de 1964 e deixou rastros que podem ser observados ainda hoje. Assim como ocorreu com a população negra, o conjunto de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgeneres e intersexo, também se apropriaram da comunicação para acelerar o debate sobre a violência contra seus corpos e a imagem negativa que fora criada contra seus membros. Aqui ressaltamos as importantes contribuições do jornal “Lampião da Esquina” e também o “Xana com xana”, que mesmo diante de um cenário de censura e também de criminalização do ativismo social, se disponibilizaram a continuar produzindo conteúdos para sua comunidade, principalmente com pautas relacionadas à saúde e proteção contra intervenção dos militares.

Assumir e orgulhar-se de sua homossexualidade, sair dos guetos, transitar como qualquer outro cidadão, ter livre arbítrio para escolher lugares de lazer, e, acima de tudo, exprimir livremente sua sexualidade são temas constantes em Lampião. Em especial no primeiro ano de sua existência (1978), esta é a tônica do jornal. (SIMÕES, 2006, p. 40).

Até aqui, foi possível refletir a importância histórica da articulação de pessoas marginalizadas, com o intuito de intervir na violência direta e estrutural que é reforçada principalmente pelo estado brasileiro (Almeida, 2020). Foi colocado no debate também a ruptura epistemológica de como a comunicação social contribuiu para reforçar e legitimar as narrativas de violência do estado (SIMÕES, 2006).

A partir de então, esforça-se para compreender como a apropriação de Bixas Pretas nesses dispositivos, mudam o panorama da discussão sobre as demandas da sua comunidade em uma realidade de genocídio e outras violações aos seus corpos.

### 3.1 Bixas Pretas e a apropriação de ferramentas tecnológicas para ações políticas de enfrentamento do genocídio: Homens negros gays se apropriando de ferramentas para ações políticas de enfrentamento ao genocídio.

Compreendendo então a importância da mídia e da tecnologia em uma realidade que vive em constante reflexo da inovação, é essencial observar de que forma suas ferramentas estão sendo apropriadas e utilizadas além do viés mercadológico, mas sim como forma de criar narrativas de possibilidades para grupos que historicamente foram atingidos pelas violências direta, estrutural e cultural e que tiveram seus corpos invisibilizados e suas pautas silenciadas pela existência de uma estrutura social branca, masculina, cisgenero e patriarcal, que construíram mecanismos para monopolizar o acesso e construir uma história única. Agora o que se preocupa em discutir, é como os grupos compostos por homens negros gays conseguem *rackear* o sistema monopolista e de forma disruptiva criar conteúdo para expor e enfrentar o genocídio contra seus corpos.

É importante destacar, que este movimento de conscientização e articulação de Bixas Pretas para operacionalizar o enfrentamento ao silenciamento, tem como característica o pluralismo de pautas e por esse motivo, é interessante adotar metodologias de análise que sejam capazes de valorizar tais ações. Para compreender esse fenômeno, aqui utiliza-se do método de grupo multifocal, tecnologia onde se observa os sujeitos de pesquisa a partir de

seu campo de atuação, sendo assim, busco trazer de que forma homens negros gays estão articulando seus discursos, ocupando as ferramentas tecnológicas e midiáticas para denunciar e combater o genocídio contra sua comunidade. Neste aspecto, os grupos multifocais observados são atuantes nas áreas das artes e gestão do conhecimento; das tecnologias e das pesquisas.

Para mensurar a atuação dos grupos multifocais compostos por homens negros gays no campo da arte e da gestão de conhecimento, utilizo a experiência criada por Murilo Araújo<sup>17</sup> ao desenvolver duas séries de vídeo cuja temática se caracteriza como fundamental para compreensão das questões raciais e suas interseccionalidade. Aqui destaca-se a forma como Murilo utiliza uma das plataformas de vídeo mais acessadas em âmbito global, para trazer experiências de pessoas negras e sua interseccionalidade.

A análise que será realizado é sobre duas séries de vídeos onde Murilo dá voz aos sujeitos de pesquisa para que façam uma exposição e uma reflexão crítica sobre suas vivencias e o que tem sido feito para superar essas narrativas de perversidades. As produções estudadas são #Homem Negro e #Potências Negras.

#Homem Negro, é uma produção do canal “Muro Pequeno”<sup>18</sup> de Murilo Araújo, com apoio do Youtube através do *Creator for Change*, realizada no ano de 2018, que conta com 5 vídeos sobre o tema masculinidades negras. Entre os debates realizados, destaca-se: Onde estão os homens negros?; Violência e encarceramento; Família e Paternidade Negra; Machismo na Comunidade Negra; Bichas Pretas e a Masculinidade.

A respeito desta primeira série de vídeos, é importante evidenciar de antemão, a importância de homens negros gays ocupar esses espaços, garantindo assim que as pautas da comunidade sejam discutidas e promovidas, assim como para denunciar os efeitos do racismo, preconceito e o genocídio contra corpos de homens negros gays. Aqui, mais uma vez se defende a importância do lugar de fala e também da necessidade de “quebrar as máscaras

---

<sup>17</sup> Youtuber e Mestre em Ciências Sociais pela UFMG

<sup>18</sup> <https://www.youtube.com/channel/UCnQvEAzKAnc5lz0h6qwPL-w>

do silêncio” em busca da luta por uma sociedade que tenha como premissa a defesa do direito a diversidade.

A máscara, portanto, suscita muitas questões: porque a boca do sujeito negro deve ser presa? Porque ela ou ele deve ser silenciado? O que o poderia dizer o sujeito negro se sua boca não fosse selada? E o que o sujeito branco deveria ouvir? Há um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, o colonizador terá que escutar. Ele\ela seria forçado a um confronto desconfortável com as verdades dos “outros”. Verdades que foram negadas, reprimidas e mantidas em silêncio, como segredos. Eu gosto dessa frase “quieto na medida em que é forçado a”. Essa é uma expressão das pessoas da diáspora africana que anuncia como alguém está prestes a revelar o que se supõe ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo. (KILOMBA, 2012, P.20).

Guiada pela reflexão de Quilomba (2012), Ribeiro (2017) apresenta uma importante ruptura epistemológica, que se encontra no campo de “como as vozes de grupos acêntricos estão sendo ouvidas”. O que se tem a respeito deste eixo temático, é que a branquitude, por medo de perder o seu lugar enquanto grupo hegemônico e assumir a dívida histórica que possuem com grupos subalternizados, deslegitimam tudo aquilo que é apresentado pelos sujeitos de pesquisa por meio do ideal de “chato” ou “vitimismo”. É por essa questão, que torna-se tão difícil fazer com que negros, LGBTI+ e mulheres consigam permanecer nesses lócus e ter seus conteúdos respeitados e valorizados dentro das plataformas.

O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os outros enquanto esses outros permanecem silenciados. (RIBEIRO, 2017, P.78.)

A segunda análise realizada para mensurar a importância de homens negros gays se apropriando de ferramentas midiáticas, fica com a série “Potências Negras”. Nela Murilo Araújo, utiliza a emergência dos debates sobre questões raciais no mês de novembro, para criar uma coletânea com 30 vídeos, trazendo convidados de diferentes locais de fala, para dar visibilidade para pautas que contemplem a realidade de pessoas pretas e colher relatos de corpos que são atravessados pelo racismo e que mesmo assim se propõe a realizar um debate sério sobre o racismo, a necropolítica, o preconceito cultural e religioso.

Murilo mais uma vez se apropria da plataforma Youtube, produzindo 30 vídeos que contemplam uma infinidade de pautas que versam a respeito da interseccionalidade. Para contribuir no debate realizado nesta dissertação, me ateno a dois vídeos específicos, o primeiro com o grupo “Batekoo” e o segundo com o estilista Isaac Silva. A justificativa da seleção desses dois vídeos, é dada por se tratar especificamente sobre discussões da intersecção de ser negro e gay.

Ao trazer para seu canal o grupo “Batekoo”, um dos maiores coletivos culturais feito por e para pessoas negras, Murilo potencializa iniciativas de arranjos produtivos locais intensos de cultura subalterna (APLICS). Um dos debates mais impactantes da produção, encontra-se nas falas de Maurício Bahia, Arthur Santos e Juliana Andrade a respeito do sentimento de não pertencimento em frequentar ambientes onde o debate sobre o racismo não é estimulado e levado de forma séria, mesmo em ambientes compostos por pessoas LGBTI+.

De todo conteúdo apresentado e também da história do movimento, é importante observar, como os três fundadores se apropriam das ferramentas tecnológicas e midiáticas, decodificando os mecanismos dessas ferramentas que em outros momentos eram utilizadas para aplicar violências contra seus corpos, para transformar uma pequena festa que ocorria em Salvador- BA em um movimento político, cultural e educativo, que pauta e defende a identidade, a autonomia e o valor dos corpos de negros, LGBTI+ e periféricos agora em âmbito internacional.

Esses sujeitos são constituídos por uma identidade homossexual sendo essa identidade marginalizada, mas que busca seu espaço e sua publicização através de mecanismos sociais, como a criação de espaços permissivos (bares, boates) e também de redes midiáticas de comunicação social, como a imprensa, a internet (weblogs), ou seja, a própria criação de uma rede social para prática de auto-afirmação de identidade. (ALONGE, 2019, P.6.)



Trouxe também para o debate, as contribuições realizadas por Isaac Silva, por se tratar de uma experiência muito bem elaborada de afroempreendedorismo<sup>19</sup>. Isaac é uma Bixa Preta e pertencente de religião de matriz africana, que se consolidou no mundo da moda após desenvolver uma linha de roupas e realizar um desfile de grande proporção intitulado “Acredite no seu Axé”. Até aqui foram discutidos diversos pontos da interseccionalidade e torna-se importante trazer para o debate, como é ainda mais difícil ter visibilidade e se consolidar nas ferramentas tecnológicas e midiáticas, quando se vive em um país que ainda hoje é atravessado pela intolerância religiosa.

Além de uma reflexão sobre a ocupação de corpos de homens negros gays no campo da arte, gestão de conhecimento e também na tecnologia, é importante relatar as contribuições que esses sujeitos proporcionam no campo da pesquisa, fator que é fundamental para que sejam criadas novas epistemologias sobre suas vivências e que sejam desenvolvidas estratégias para o enfrentamento ao racismo e a necropolítica.

As cotas étnico-raciais e também de gênero, foram responsáveis por criar um novo panorama nas universidades brasileiras. Vale destacar, que grande parte das pesquisas são produzidas e se concentram nesse lócus, que a partir dos anos 2000 tem sido ocupado pelas mais diversas vozes e realidades.

Embora o contexto atual das universidades tenha sido alterado nos últimos dez anos, vale destacar que ainda não é o suficiente, pois esse espaço ainda continua concentrando uma dicotomia de acesso, onde as elites financeiras e a hegemonia branca, masculina e cisgenero, cria uma atmosfera pouco preparado para debater a diversidade e promove baixas iniciativas para o fim do racismo estrutural, para descolonização do pensamento e das práticas pedagógicas, assim como combate ao machismo e da LGBTIfobia.

Boaventura de Souza Santos (2010) ao estudar a universidade nos últimos dez anos, aponta a necessidade de investir em iniciativas que sejam capazes de mapear novos caminhos para uma reforma democrática e emancipadora da universidade, desmascarando o fato desta instituição estar contextualizada com as influências do sistema capitalista, reforçando a

---

<sup>19</sup> Experiências negras de gestão e empreendedorismo

concepção de uma educação tratada como mercadoria e a construção de uma casta intelectual que visa o lucro e a formação de mão de obra barata, desconsiderando, silenciando e secundarizando as necessidades de avançar em estratégias para transformar a universidade e a produção de conhecimento em um campo emancipatório, de enfrentamento à crise provocada na Universidade Pública e reconquistar a legitimidade e a importância da ciência para democracia brasileira e para o pleno desenvolvimento da sociedade.

Em países que ao longo das últimas três décadas viveram em ditadura, a indução da crise institucional teve duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até ao patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre de conhecimento crítico; e a de pôr a universidade ao serviço de projectos de modernizadores, autoritários, abrindo ao sector privado e a produção do bem estar público da universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários. Nos países democráticos, a indução da crise esteve relacionada com esta última razão, sobretudo a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo se impôs como modelo global do capitalismo. Nos países que neste período passaram da ditadura à democracia, a eliminação da primeira razão (controle político de autonomia) foi frequentemente invocada para justificar a bondade da segunda (criação de um mercado de serviços universitários). Nestes países, a afirmação da autonomia das universidades foi de par com a privatização do ensino superior e o aprofundamento da crise financeira das universidades públicas. (SANTOS, 2010, P.08.)

A partir de então, atenta-se para um fato extremamente importante, que é a mudança no panorama da universidade brasileira, com o ingresso de grupos acêntricos e como sua presença nesses espaços movem as estruturas de um sistema que fortalece a criação de centros universitários como arena de privilégios. Instituições que outrora eram majoritariamente brancas, masculinas, heterossexuais, cisgeneras e das elites financeiras, agora se vem dividindo espaços com quem foge da hegemonia. Além desta ruptura que se encontra no campo do espaço, esses sujeitos ao se apropriarem do código, iniciam um movimento de produção de ciência a respeito de suas comunidades por meio dos grupos de pesquisa e movimentos sociais de resistência, mensurando os dados da violência e cobrando uma resposta do estado para contenção das narrativas de perversidade instauradas aos seus corpos.

Os povos colonizados herdaram traumas psíquicos, perderam significados espirituais, linguísticos e cosmológicos como parte de subjugação da Europa ao conhecimento de africanas e africanos, daí a marginalização das epistemes locais. (AKOTIRENE, 2019, P.80.)

É deste movimento de expansão no acesso acadêmico e de luta pela descolonização do ensino e da ciência, que surgem iniciativas como o Grupo Gay da Bahia, ANLGBT, Coalizão Negra por Direitos, Anistia Internacional, Todxs Brasil, entre outros modelos, que são capazes de compreender o panorama das violências e desenvolver uma resposta rápida rumo a valorização da vida de corpos subalternizados.

É por este motivo, que o próximo estudo realizado nesta dissertação, é a respeito das contribuições do Grupo Gay da Bahia e como esses sujeitos utilizam a ciência para levantamento de dados sobre a LGBTfobia e a urgência de intervenções eficazes em um país que lidera o ranking de assassinatos de corpos negros e LGBTI+.

#### **4 Grupo Gay da Bahia como exoesqueleto tecnológico de segmentos da população negra.**

Após realizar um longo trajeto de estudos em busca da compreensão do contexto social e político das vivências dos sujeitos de pesquisa, entendendo quais são os entraves encontrados para que seja possível alcançar uma realidade de pleno desenvolvimento, apontando também de que forma a mídia e a tecnologia são capazes de produzir narrativas que sustentam as violências históricas, a partir daqui, debruça-se em apresentar de que forma homens negros gays estão se organizando para criar dispositivos de denúncia do genocídio e acelerar discussões sobre a necessidade de contenção da violência direta, estrutural e cultural.

Deste último fato, abre-se um importante precedente, de que embora o Brasil seja um dos países da América Latina que mais sofre com a violência contra grupos acêntricos e também possua um histórico desumano de desigualdades sociais, houveram iniciativas disruptivas de enfrentamento às tendências ultraconservadoras.

Durante todo processo de ruptura epistemológica traçado por essa obra, atenta-se para o fato de como a violência atua de forma multicausal, e que na maioria das vezes, algumas de suas manifestações são operacionalizadas de forma implícita, impossibilitando que sejam desenvolvidas estratégias para sua superação, principalmente as que ocorrem no campo institucional (estado) e civil (discurso).

Dessas performances citadas, Pinto et.al., 2017, p.2 considera que “a violência é um problema global de saúde pública. Além disso, a violência não fatal afeta dezena de milhares de indivíduos diariamente”.

Atento nesse contexto citado pelos autores, conclui-se que a problemática da violência possui um caráter internacionalista, incorporando uma temporalidade histórica e que sempre necessitou de iniciativas de contenção e um olhar atento para que sejam percebidas todas as suas nuances.

Legitimada por uma sociedade excludente que marginaliza as suas minorias, entre elas os homossexuais. A matriz cultural que aqui se estabeleceu construiu uma série de padrões de comportamento, sendo que, todo aquele que não se adequar ao mesmo tempo, pagará o preço da exclusão e da "inferiorização". Essa cultura que leva tantos brasileiros a atentar, brutalmente, contra pessoas que, aos olhos do agressor, não podem manifestar publicamente uma orientação sexual homoerótica. (ROSE 2010, P.16.)

Quando trazemos ao sentido local, percebe-se que embora o cenário da violência hoje seja um grande indicador que precisa ser superado, em outros momentos da história do país, onde não existiam iniciativas institucionalizadas de enfrentamento, o contexto era ainda mais grave, neste aspecto, reflete-se a importância das conquistas obtidas principalmente nos últimos 40 anos, para que seja possível a construção de um futuro onde homens negros gays tenham assegurados um dos principais direitos humanos: continuar vivos.

Infelizmente não existem no Brasil e na maioria dos países latino-americanos e em vias de desenvolvimento, estatísticas policiais relativas a crimes de ódio em geral e crimes homofóbicos em particular, nem arquivos especiais nas Secretarias de Segurança Pública relativos a homicídios de gays, lésbicas e travestis. Compete, por conseguinte, ao movimento homossexual organizado e aos grupos de direitos humanos sanar tal lacuna, sem contudo deixar de pressionar o poder público para que instale serviços confiáveis de levantamento estatístico sobre as diferentes categorias de crimes de ódio. (MOTT, 2000, P.05)

É a partir deste cenário que surge o Grupo Gay da Bahia e a intenção deste capítulo é apresentar de que forma essa organização atua como um exoesqueleto tecnológico de segmentos da população negra. O termo utilizado para descrever a forma de atuação do grupo, refere-se a maneira como esses sujeitos trabalham a interseccionalidade sobre a discussão da violência racial, associada a questão de gênero e sexualidade, fatores que até então, eram impossíveis de serem mensurados, uma vez que não é do interesse do estado computar e tentar superar as violências contra corpos que valem menos (FOUCAULT).

Criado em 1980, pelo antropólogo Luiz Roberto de Barros Mott, o Grupo Gay da Bahia surge com a proposta de conquistar direitos para população

LGBTI+ e criar mecanismos de denúncia das violências incorporadas por esses sujeitos.

Em contexto de ditadura militar, onde ser gay era considerado crime de subversão e indicador de perigo para o ideal de “moral e bons costumes” sustentado pelo regime militar, Luiz Mott e outros pesquisadores se propuseram a discutir sobre aspectos centrais, como levantar os indicadores de violência contra população LGBTI+, questionar a ausência de codificação penal específica para os crimes homofóbicos e assim alterar a lógica de visibilidade dessas violações, caminhando para um cenário de valorização da identidade LGBTI+ e a luta pelo reconhecimento dos Direitos Humanos.

Inseridos em uma realidade onde não existia nenhuma iniciativa por parte do estado de computar os dados sobre a homofobia e a transfobia no Brasil, o Grupo Gay da Bahia passa a realizar pesquisas sobre esta questão, utilizando como material de pesquisa, boletins de ocorrência, assim como matérias de notícias para compor um anuário de violências e mortes de pessoas LGBTI+. Embora no início da ação, tenham encontrado resistência da comunidade científica, inicialmente por pesquisar sobre sexualidade e posteriormente por utilizar como fonte primária de dados jornais e boletins de ocorrência, o GGB foi capaz de demonstrar que existia e ainda está em curso um genocídio de corpos LGBTI+ e pouco se tem sido feito para superação dessa realidade.

Além de criar um levantamento sério e preocupante dos dados da violência contra pessoas LGBTI+, o Grupo Gay da Bahia preocupou-se em denunciar a ausência de codificação penal para os crimes que afetam essa comunidade. Se no cerne da construção do GGB, o governo vigente patologizava e criminalizava a discussão e a forma de vida da população homossexual, por qual motivo iriam apoiar iniciativas de denúncia contra normas que eles mesmos sustentavam.

Se havia assassinatos de LGBT e tais crimes não eram expostos, contabilizados pelo Estado, então o Estado agia como que invisibilizando esses corpos. Mas não só. Aceitar a invisibilidade era, também, aceitar que essa violência letal fosse “normal”, tolerável, como se estivesse internalizada uma aceitação dessas mortes que era tida como desimportantes. Essa forma de invisibilidade era revestida de um poder-saber que ditava o que era a norma. (NUNES, 2019, P.91)

É importante destacar, que esse tipo de ação desenvolvida pelo próprio estado em resposta às iniciativas do GGB de denunciar as violações contra sua comunidade, ocorre de forma estratégica, para ocultar a visibilidade do problema e impedir a mobilização dos grupos de resistência.

Naquele momento, expor os mortos era também uma forma política de “sair do armário”, uma forma de lutar contra estigmas, preconceitos, violências simbólicas. Nesse sentido, as identidades homossexuais transitavam entre o segredo e entre o anonimato, o disfarce, entre a vergonha e o medo, entre os guetos e os redutos gays criados para amenizar, de algum modo, as diferentes tensões que as identidades LGBT implicavam por si e por atributos advindos de discursos e práticas heteronormativos. (NUNES, 2019, P.102.).

Embora na época já era possível observar algumas iniciativas de discussão sobre os crimes homofóbicos, os esforços de Mott incorporavam um viés de revolucionário. Por exemplo, mesmo com o desenvolvimento do grupo SOMOS, e a circulação do jornal Lampião da Esquina, o que diferenciava a ação do GGB, era a possibilidade de criar uma rede de interpelações com os demais membros da comunidade LGBTI+ e não apenas dialogar com sujeitos homossexuais.

Se o movimento gay, no começo dos anos 1980 parecia esfacelar-se principalmente na região sudeste, era a partir do movimento baiano, organizado por Mott, que a causa LGBT parecia adquirir um fôlego que atravessaria toda essa década e vingaria até o momento presente. (NUNES, 2019, P.81.)

No período de surgimento do GGB, uma das principais reivindicações da comunidade, era a quebra da patologização e criminalização de corpos de pessoas LGBTI+. Esses dois elementos citados partem do princípio de que ser homossexual era um desvio, que primeiramente necessitava de intervenção médica, buscando uma possível “cura”, e posteriormente, tornando esses corpos criminosos.

Em entrevista concedida à Revista Binacional Brasil Argentina no ano de 2020, Luiz Mott alerta sobre a dimensionalidade histórica dessas violações, trazendo suas experiências de pesquisa sobre a questão da sexualidade ainda no período da Inquisição e como as práticas de criminalização de corpos LGBTI+ só se intensificaram com o passar dos anos:

A homossexualidade conhecida como sodomia era considerada um crime gravíssimo como crime de lesa-majestade (matar o rei ou traição à nação), portanto os sodomitas eram perseguidos pelo rei, bispo e pela Inquisição, mas foi a Inquisição que centralizou a perseguição aos sodomitas e as mulheres lésbicas. (MOTT, 2020)

Já no que se refere à luta contra patologização de corpos acêntricos, é imprescindível citar a resistência do GGB junto a algumas alas progressistas no campo da saúde, para retirar a homossexualidade do rol de doenças “O grupo convenceu o Conselho Nacional de Saúde a retirar e abolir a classificação que caracterizou homossexualidade como uma forma tratável de desvio sexual. (GREEN, 2000, P.284.) e a desconstruir a utilização do termo “homossexualismo” para se referir a população homossexual.

O Boletim do GGB reflete a linguagem de sua época, quando era corrente o uso de termos hoje considerados politicamente incorretos, tais como homossexualismo, opção sexual, travesti no masculino, aidético. Em seu pioneirismo, foi, contudo, o Grupo Gay da Bahia quem protagonizou diversas destas mudanças conceituais, liderando em 1985 a campanha nacional que substituiu homossexualismo por homossexualidade; pleiteando, juntamente com o extinto grupo Triângulo Rosa, fundado pelo primeiro decano do MHB, João Antonio Mascarenhas, de saudosa memória, a inclusão da “orientação sexual” na Constituição Federal; propondo a adoção do feminino para designar “as travestis”. (MOTT, 2011, P.7.)

Em contexto de conservadorismo e atraso na institucionalização da pauta LGBTI+, para que tais conquistas fossem possíveis, o GGB percebeu a necessidade de se articular com outros grupos, para alcançar seus objetivos e tratar a pauta da comunidade LGBTI+ de forma séria e com uma necessidade urgente, diante da violência que se mantinha em estado crescente.



Essa aproximação ocorre principalmente aos setores ligados ao poder jurídico e político, que contribuíram para fazer com que anos após, o grupo fosse um dos primeiros movimentos brasileiros a registrar-se como pessoa jurídica, criando uma importante conquista para época, pois “o próprio Estado, numa época ditatorial, reconhecia um grupo LGBT oficialmente, possibilitando diálogos, intercâmbios e negociações entre a comunidade e o Estado” (NUNES, 2018, P.81-82).

4.1 A relação das reivindicações do GGB e a resposta do Estado de acordo com suas demandas: criação de narrativas para autoproteção e empoderamento de homens negros gays.

Segundo preâmbulo da Constituição Federal Brasileira, o dever de um estado democrático é “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

Até aqui, discutiu-se muito sobre a atuação do Estado brasileiro no que se diz respeito a vida de homens negros gays. A reflexão que é imposta a partir de então, é se os ideais trazidos na carta magna do país, versa também com corpos que são brutalmente violentados- a cada 23 minutos<sup>20</sup>, como de jovens negros ou mesmo vidas interrompidas a cada 26 horas<sup>21</sup> como de pessoas LGBTI+.

A proposta desenvolvida para este estudo, é analisar de que maneira as reivindicações levantadas por grupos de resistência, em especial, os esforços engenhados pelo Grupo Gay da Bahia, são ouvidos pelo estado e quais são as respostas obtidas para superação da realidade de violências cotidianas sofridas por esses sujeitos.

---

<sup>20</sup> Dados da Organização das Nações Unidas na campanha “Vidas negras”. <https://vidasnegras.nacoesunidas.org/>.

<sup>21</sup> Dados do relatório anual de mortes LGBT do Grupo Gay da Bahia. <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>.

Após compreender as motivações históricas e sociais desses fenômenos, foi abarcado as táticas de organização e luta da comunidade LGBTI+, em especial as grandes contribuições do Grupo Gay da Bahia para mudança social. Todavia, fica a reflexão, de como o estado interpreta e age diante das reivindicações desses sujeitos, ainda questionando e levando ao campo da crítica, o fato de tantos esforços não serem reconhecidos, mantendo todo contexto de genocídio de corpos de homens negros gays.

A batalha para assegurar a tolerância pública à homossexualidade provocou o “aparecimento” de outras organizações interessadas na promoção do pluralismo sexual. (GIDDENS, 1993, P.44.)

A análise que será realizada sobre as respostas do Estado às vozes de sujeitos LGBTI+, será a partir do governo bolsonarista, considerando, como mencionado outrora, que é um dos governos onde mais se observa retrocesso na garantia de políticas públicas e promoção da superação da violência contra grupos acêntricos.

Bolsonaro incorpora um tipo de conservadorismo encontrado em várias fatias da população brasileira, que visa à manutenção de privilégios de gênero, sexualidade, raça e classe aos já privilegiados e à revogação de direitos conquistados por minorias sociais. Ao dizer sem pudores as frases supracitadas, Bolsonaro mostra quais vidas importam para ele, legitimando hierarquias em que pessoas negras, mulheres, LGBTs, indígenas, apoiadoras de partidos de esquerda e muitas outras são colocadas em grau de inferioridade. (MEDEIROS, 2019, p. 289.)

Durante toda história de sua atuação, o GGB se propõe a avançar no campo da quebra da patologização e criminalização de corpos LGBTI+, criar dados sobre a gravidade da homotransfobia no país e contribuir no fortalecimento da comunidade para que seja possível falar em um enfrentamento sério às narrativas de violência.

Ocorre que mesmo com todos esses esforços, pouco se tem conquistado, uma vez que o próprio estado desenvolve entraves para que essas reivindicações saiam do campo das ideias e se fortaleça como práxis.

O que se é observado a respeito das respostas do estado frente a denúncia realizada pelo GGB, é o antigo ideal de desvalorização da pauta, acompanhando as reflexões de Foucault de vidas que valem menos e que por isso, podem e devem continuar em situação de extrema vulnerabilidade e violências.

Em um momento histórico, onde a ciência é posta em cheque, para que seja possível valorizar o discurso do opressor, que vem a cada dia se fortalecendo por meio de estereótipos e discurso de ódio, as principais respostas do estado, tem sido a implementação de entraves para promoção de políticas públicas para população LGBTI+ e a garantia de segurança para esses sujeitos, que ocorre no campo institucional, primeiro pela deslegitimação de parlamentares negros, mulheres e LGBTI+, fazendo com que suas demandas não sejam ouvidas e colocadas à discussão na arena política; a valorização do discurso de ódio como forma de silenciamento de vozes negras e LGBTI+; ameaças e mortes de sujeitos que se levantam para fazer o enfrentamento do discurso único e opressor que é institucionalizado.

Em termos de LGBTfobia, variadas violências foram denunciadas durante o período eleitoral. Pichações pró-Bolsonaro em paredes de universidades incitavam a morte de homossexuais<sup>15</sup>. Mulher que estava acompanhada de sua namorada no metrô foi empurrada em direção aos trilhos, ao brado de 'Viva Bolsonaro', por homem que vestia camiseta do então candidato. Grupos de pessoas no metrô cantaram "Ô bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar veado!". Michel Cunha, depois de ser espancado por vários homens que diziam que "Bolsonaro vai matar viado", veio a falecer. Priscila, travesti, foi morta na rua por sujeitos que, durante a agressão, afirmavam que "com Bolsonaro presidente, a caça aos viados vai ser legalizada". (MEDEIROS, 2019, p. 291.)

Um dos principais exemplos de entraves estimulados pelo estado, principalmente quando observamos as pautas da população LGBTI+, é a lentidão para criar uma ação realmente eficaz para criminalização da homotransfobia, assim como caminhar para desenvolver aspectos educacionais, para valorização da diversidade de gênero e sexualidade. Questões que desde muito cedo vem sendo denunciado pelo GGB, com base nos estudos de Bourdieu (2014), sobre as estratégias dos governos ultraconservadores, de invisibilizar a

pauta e conter a reação da comunidade em busca da garantia de seus direitos enquanto indivíduos.

Tudo se passa efetivamente como se os homossexuais que tivessem que lutar para passar da invisibilidade à visibilidade, para deixar de ser excluídos e invisíveis, tenderam a voltar a ser invisíveis e de algum modo neutros e neutralizados pela submissão à forma dominante. (BOURDIEU, 2012, P.165.)

Assim como o próprio GGB, que observou a necessidade de intervir nesta norma de violações contra população LGBTI+, é importante vislumbrar que existem sujeitos dentro dos espaços de poder que também estão realizando esse enfrentamento a política de morte orquestrada pelo estado. Nas últimas eleições, foi possível observar uma crescente ocupação de cargos legislativos, realizadas por pessoas negras LGBTI+, como por exemplo o Quilombo Periférico, a candidatura de Erica Malunginho; Erika Hilton, Bancada Feminista e David Miranda.

Esses sujeitos, não compartilham apenas a condição de serem corpos negros e LGBTI+ democraticamente eleitos mas também de violações e ameaças contra suas próprias vidas, fator que revela a necessidade de avançar em um dos principais ideais do GGB, que se encontra no campo da criação de uma rede de pessoas LGBTI+ que ocupem espaços e que contribuam no levantamento de dados e enfrentamento a essa política genocida.

O mesmo estado que matou Marielle Franco, vereadora negra, lésbica e moradora de periferia do Rio de Janeiro, operacionalizou tentativas de silenciamento aos vereadores e deputados negros e LGBTI+ eleitos nas últimas eleições, chegando ao inadmissível fato de no primeiro mês do ano de 2021, três mulheres trans negras eleitas serem surpreendidas com tiros direcionados à suas residências e uma enxurrada de pessoas defendendo esse tipo de ato em redes sociais.

Mesmo com as reivindicações e com as denúncias do GGB, a barbárie ainda se desenvolve e está cada vez mais crescente. E independente das tensões externas, principalmente realizadas pela Organização das Nações

Unidas, pela preocupação dos números da violência no Estado Federativo Brasileiro, o governo neoliberal e genocida de Jair Messias Bolsonaro segue orquestrando o terror contra corpos subalternos e levando esse discurso em nível institucional.

## 5 Narrativas de possibilidade para bixas pretas.

Se hoje é possível falar em “possibilidades” para homens negros gays, muito se deve às contribuições do Grupo Gay da Bahia, assim como o enfrentamento da militância negra, LGBTI+ e de defesa dos Direitos Humanos.

Corpos atravessados pelo racismo estrutural, pela LGBTfobia e pelo preconceito de classe, hoje no Brasil, cada Bixa Preta vive uma diáspora, sonhando um dia ter a garantia de continuar vivo, sem ver seus iguais sendo mortos pela violência, desenvolvendo afetividades longe do ideal de hipersexualização e tendo a capacidade de ser bem sucedido e sair das margens da sociedade.

É sempre muito importante falar sobre sonhos, planejamentos. E aqui, o sonho não é estudado por meio de uma perspectiva utópica, mas sim como uma motivação para que um novo amanhã seja possível.

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles. (LENIN, 2005, P.20)

Tudo o que se tem de conquista hoje no campo da garantia dos direitos sociais, partiu do desejo e da indignação de corpos que não suportam mais ser alvos de violências do estado e da própria sociedade civil. Sendo assim, elenca-se a trajetória no campo das conquistas do movimento LGBTI+ e o que está sendo desenvolvido para que a lógica de perversidade contra esses corpos seja esfacelada.

A partir de então, analisa-se a articulação de homens negros gays no desenvolvimento de ações de enfrentamento ao genocídio, pautando o “Disque defesa homossexual” (Carrara, 2006); O programa “Brasil sem Homofobia” (Carrara, 2006) e os Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura Subalterna (Aplics) engenhados pelos sujeitos de pesquisa no âmbito do século XXI.

Inseridos em um contexto de necropolítica e de genocídio da população LGBTI+, como evidenciado pelo Grupo Gay da Bahia, a população composta por esses sujeitos necessitava de mecanismos legais para garantia da segurança de

seus membros. É a partir deste contexto que surge o Disque Defesa Homossexual (DDH).

Situado em um hibridismo entre os esforços ativistas e acadêmicos para formulação de políticas públicas, o DDH surge em 1999 na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro e possui caráter disruptivos das demais ações idealizadas até o momento, pois além de denunciar os casos e os números da violência, foi pensado como um mecanismo de defesa à vida da população LGBTI+.

Para Carrara (2016, p.192):

O projeto configurou uma experiência de estabelecimento de parcerias diretas entre polícia e grupos de ativistas, no sentido de fazer agir com rapidez tanto dispositivos de prevenção de crimes (acionando a força policial em locais e situações de incidência de violência), como de atendimento às vítimas dos crimes já ocorridos (mobilizando a polícia para investigar agressores e golpistas e articulando redes de apoio psicológico e jurídico por parte das ONGs). (CARRARA, 2006, P.192)

Aqui, mais uma vez presencia-se a articulação dos próprios sujeitos subalternos de se apropriar da tecnologia, utilizando-a como uma ferramenta de levantamento de dados referente a violência LGBTIfóbica, caminhando para o enfrentamento das narrativas de violência, criando assim redes de autoproteção de suas próprias comunidades.

Todos os dados levantados por essa ação, partiram de relatos dos próprios sujeitos violentados, contribuindo assim para existência de novas experiências no campo das denúncias, pois na maior parte das vezes, comparecer até uma delegacia para relatar um caso de homofobia, sendo esse espaço aparelhado por pessoas heterossexuais e cisgêneres, pode causar desconforto em quem denuncia e criar experiências traumáticas ao sujeito, desmobilizando assim o processo de registro das denúncias.

A criação do DDH muda completamente o panorama de levantamento de dados sobre a violência homofóbica, pois se antes os esforços estavam em coletar dados dos veículos de comunicação- como faz o GGB, agora os fatos

são contados pelas vozes de quem realmente passou pela situação- quando não se chega as vias fatais.

Os dados gerados pelo DDH partiam dos relatos das próprias vítimas e, portanto, passaram a problematizar variadas situações de agressão e discriminação associadas à homofobia e não só os assassinatos. (CARRARA, 2006, P.192)

Deste último aspecto elencando por Carrara (2006), destaca-se a importância do DDH para compreender as vias pelas quais essas violências ocorrem, contribuindo assim para criação de narrativas de possibilidades para intervenção do problema.

O estudo propôs uma matriz de análise dos casos, classificando-os como: 1) crimes interativos (agressões e discriminações ocorridas no âmbito da casa, da vizinhança e entre parceiros, das quais as lésbicas - e não só gays e travestis - apareciam como vítimas em proporções expressivas); 2) crimes com fins de lucro (chantagens, extorsões, assaltos e golpes do tipo “Boa Noite Cinderela”,<sup>19</sup> em geral praticadas contra gays e travestis); 3) crimes de ódio (espancamentos, graves ameaças à vida e denúncias de assassinatos), na maioria dos casos contra travestis. (CARRARA, 2006, P.192)

Um segundo aspecto no campo das narrativas de possibilidades para Bixas Pretas, é o programa “Brasil Sem Homofobia”. Imersos em uma realidade perversa de viver em um país que lidera o ranking de assassinatos de pessoas pretas e também da violência contra corpos LGBTI+, convivendo com a fabulação do “Brasil, país cordial e da diversidade”, homens negros gays necessitam de iniciativas para combater a violência e a discriminação e garantir a promoção de cidadania homossexual.

É a partir dessas reivindicações que surge o programa “Brasil sem Homofobia”. Elaborado pela comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, pelo Ministério da Saúde, junto de militantes da comunidade LGBTI+, segundo Carrara (2016, p.197), o programa tem como objetivo desenvolver ações que:

(i) as que visam a capacitar o Estado, especialmente instituições escolares, policiais, judiciais, de saúde e de fiscalização do



trabalho, a atuar de modo não-discriminatório, seja através da mudança de suas práticas, seja através da criação de novos dispositivos, como DDHs e centros de referência nas secretarias estaduais de Segurança Pública, especialmente desenhados para coibir a violência e a discriminação; (ii) o incentivo à participação de lideranças do movimento nos diferentes conselhos e mecanismos de controle social do Governo Federal; (iii) a produção de conhecimento sobre violência e discriminação homofóbicas e sobre as condições de saúde de gays, lésbicas e transgêneros; e finalmente, (iv) o apoio às iniciativas brasileiras no plano internacional, no sentido do reconhecimento e proteção dos direitos GLBTs e à criação de uma Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Reprodutivos. (CARRARA, 2016, P.197)

Conforme pontuam Vianna e Lacerda (2004), foi por meio deste programa que o Governo Federal reconheceu a diversidade de formas violentas pelas quais a população homossexual estava vivendo e resolve criar iniciativas de intervenção à essa narrativa. O programa também dialoga com um importante viés, pois pela primeira vez em toda história do país, a pauta LGBTI+ é pensada pela perspectiva da interseccionalidade, trazendo para discussão a questão racial e também de gênero, não apenas evidenciando pautas relacionadas a sexualidade.

Em seus dez itens, o programa prevê um conjunto bastante amplo de ações, com destaque para a política para mulheres lésbicas, e a articulação do combate ao racismo e a homofobia. (CARRARA, 2016, P.197)

É extremamente importante analisar, a forma como projetos como esse, quando incentivados pelos dirigentes governamentais, estreitam as relações entre a política e a própria comunidade LGBTI+, contribuindo para que a busca da extinção da violência homofóbica não seja uma pauta unicamente de quem sofre com isso, mas sim uma preocupação de todo país pela valorização da vida de seu povo e também da contenção da violência.

Em todos os seus anos de atuação, o programa Brasil Sem Homofobia, junto da articulação de seus membros, desenvolveram ações em diversos campos sociais onde a discussão sobre gênero e sexualidade eram tabus, como por exemplo no âmbito da segurança pública (por meio do Centro de Referência

LGBTI+, para prestação de serviços às vítimas de discriminação); e também os projetos de capacitação de profissionais da educação sobre os temas de gênero e sexualidade que foram lançados pelo ministério da educação a partir do ano de 2005.

É importante evidenciar, que ambas iniciativas foram desenvolvidas por sujeitos da própria comunidade, incentivadas por editais partindo do Governo Federal, reforçando mais uma vez a importância da valorização da ciência como forma de compreender, agir e eliminar as violências.

Embora ambas iniciativas tenham sido alvo de grandes polêmicas em seus lançamentos, em especial as iniciativas no campo da educação, onde uma ala conservadora liderou uma onda de fakenews, reforçando o ideal violento e histórico de promiscuidade LGBTI+, alegando que a escola estaria “doutrinando seus filhos a serem homossexuais”, o programa deu voz e incentivou avanços no campo da pesquisa, principalmente com produções sobre questões transexuais no Brasil, uma vez que a pauta ainda continua no campo da invisibilidade quando se discute educação e na experiência desses corpos dentro da sala de aula.

Em último aspecto, falando agora das iniciativas atuais de possibilidades para Bixas Pretas, têm-se os Arranjos Produtivos Locais Intensos de Cultura Subalterna (Aplics). Compreende-se por esse termo, ações desenvolvidas pelos sujeitos de pesquisa de enfrentar as violências do estado, principalmente no campo da cultura e também na produção de novas epistemologias a respeito das questões sociais.

No Brasil, um dos principais Aplics que contribuíram muito no campo das possibilidades para homens negros gays, foram as paradas da diversidade, em especial as contribuições da parada da diversidade de São Paulo, considerada uma das maiores do mundo.

Esses espaços, além de reunir uma quantidade muito considerável de sujeitos e de pautas, são verdadeiros laboratórios sociais, para compreender a realidade de cada sigla da comunidade e nos últimos anos tem trazido de forma muito estimulante a luta das pessoas LGBTI+ negra, principalmente pelo discurso da interseccionalidade.

Para Carrara (2016, p.195):

Brasil urbano, eventos que reúnem gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais que, de outro modo, dificilmente poderiam ser alcançados por uma investigação sociológica, oferecendo oportunidade ímpar para que sejam mais bem conhecidos. Dadas, sobretudo, as segmentações geracionais, de classe e identitárias que marcam essa população, esta não poderia ser abordada em sua extrema diversidade em qualquer outro espaço social (seja de lazer, trabalho ou mesmo de ativismo político). Além disso, as paradas se organizam justamente em torno de uma espécie de denominador comum que agrega todo esse universo, a luta contra a discriminação e o preconceito que atingem diferentes “minorias sexuais”. (CARRARA, 2016, p.195).

É importante reforçar, que iniciativas como essa incentivam a criação de novas tecnologias sociais de segmento da população negra e LGBTI+, como por exemplo a própria festa “Batekoo”, que em pouco tempo de funcionamento já é reconhecida internacionalmente, empregando, intercambiando e promovendo as existências de LGBTI+ negros, assim como o próprio grupo “Afrobapho”, que reconstrói a estética artística como forma de manifesto à cultura eurocêntrica e reforçando a identidade da Bixa Preta.

Observar de perto esses arranjos produtivos locais intensos de cultura subalterna, nos fazem compreender toda discussão central elaborada nesse estudo, uma vez que embora exista um estado que engenha uma política de morte contra corpos subalternos por meio da necropolítica, invisibilidade e da estereotipação desses sujeitos, em contra partida existe uma subversão desses valores, onde ao perceber as perversidades e fabulações do sistema, homens negros gays constroem possibilidades para sua comunidade de forma coletiva, sustentável e valorizando seus aspectos culturais ancestrais.

É interessante elencar, que embora esse estudo não se aprofunde em realizar uma observação aproximada de grupos como Batekoo e Afrobapho, instigar o pesquisador a observar esses fenômenos como instrumentos de superação do genocídio e de conscientização da própria comunidade, indicam quais são os caminhos que devem ser percorridos para novas trilhas acadêmicas, assim como ações práticas sobre o tema que se pesquisa, utilizando a comunicação, a mídia e a tecnologia como aliadas neste processo.

Vale ressaltar, que o país da velha guarda de Chica Manicongo, de Jorge Lafon, de Luiz Mott, incentivou a construção da vanguarda de vozes extremamente potentes como Lin da Quebrada, Mona Brutal, Rico Dalassan e tantos outros que ensinam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais na verdade marcam um começo. Pois uma vez que as epistemologias sobre Bixas Pretas estão em constante estado de ebulição, essa singela contribuição acadêmica representa o início de um grande movimento de estudos sociais críticos e sofisticados realizados por corpos subalternos dentro e fora do Programa de Pós Graduação em Mídia e Tecnologia e também na Universidade Estadual Paulista: Júlio de Mesquita Filho.

Antes de dissertar sobre os resultados da pesquisa e os rumos que mesma terá a partir daqui, elenco o dato de que o lugar da Bixa Preta é pesquisando e denunciando a existência de um estado que mata de todas as formas possíveis. Este manifesto, escrito em primeira pessoa, serve para refutar qualquer argumento (muito ouvido durante dois anos de mestrado) de que pesquisa e militância não se misturaram.

O pesquisador, para ter competências de compreender o cenário em que se pesquisa, precisa estar inserido na realidade social e política atual e intervir de forma efetiva na superação das desigualdades e das violências. A aproximação, empatia e a indignação contra o genocídio e a LGBTIfobia deve ser um dever do pesquisador e também da Universidade Pública.

Quando construo o problema de pesquisa que foi trabalhado neste programa de Pós Graduação, não tinha em mente que a violência que atinge diariamente os corpos de homens negros gays estava associada a uma política de morte contra esses sujeitos. A partir dos estudos iniciais, principalmente os desenvolvidos nos dois primeiros capítulos desta dissertação, foi possível analisar e responder de forma crítica a questão problema escolhida para esta obra.

Porque se mata tantos homens negros gays no Brasil. A resposta está na história, na sociologia, na antropologia e nas ciências políticas, pois:

- A colonização europeia, associada ao ideal de superioridade branca, impede que qualquer forma de diversidade seja estimulada;
- O ideal de gênero e sexualidade historicamente construído e defendido principalmente por alas religiosas ligadas ao cristianismo, condena corpos

que não seguem seus princípios e conseqüentemente incentiva discursos violentos contra Bixas Pretas;

- As instituições majoritariamente representadas por sujeitos da hegemonia política e representativa do “homem branco classe média heterossexual e cisgenere” temem perder seu lugar de privilégio e em contra partida, criam entraves no campo da conquista de políticas públicas efetivas para população negra e para comunidade LGBTI+;
- A neutralidade axiológica e o avanço do pensamento conservador, impedem que a ciência, a tecnologia e as universidades, promovam estudos sobre os números da violência e desenvolvam ações de enfrentamento ao genocídio;
- A valorização da história única defendida pela hegemonia, enfraquece as mobilizações sociais de Bixas Pretas para ocupação de espaços e construção de novas epistemologias.

Trabalho como hipótese que o motivo que levou a construção deste cenário de brutalidade contra homens negros gays, parte do princípio de que o Estado Brasileiro nasce racista, supremacista branco e pouco preparado para debater sobre diversidade. Indagações que foram comprovadas por meio de estudos aprofundados nos conceitos de Biopoder em Foucault, Necropolítica em Achille Mbembe e da construção da subcidadania brasileira em Jessé Souza.

Os objetivos trazidos para dissertação foram atendidos por meio de uma vasta pesquisa sobre a realidade brasileira, onde se elencou como objetivo geral analisar a construção do Estado Brasileiro e sua influência nos números de violência contra corpos de homens negros gays, apontando as estratégias utilizadas por esses sujeitos para combater o genocídio da sua comunidade. Neste momento, trago as contribuições do Grupo Gay da Bahia, assim como ações realizadas por outros sujeitos no campo da política e da academia, para construir narrativas de possibilidades para seus iguais.

Como objetivos específicos, aponto os anseios de estudar e compreender as mobilizações tecnológicas e midiáticas desenvolvidas por homens negros gays evidenciando a forma como o próprio GGB se estabelece como um exoesqueleto tecnológico de segmento da população negra.

Para que tais constatações fossem possíveis, trabalhou-se a metodologia por meio das contribuições de Maria Immacolata Vassallo de Lopes e a sua conceituação de como realizar pesquisas no campo da comunicação. Elemento essencial para compreender cada fase dos fenômenos estudados e dar à eles a resposta humana, democrática e de enfrentamento, que são necessárias para enxergar possibilidades para de enfrentamento para os sujeitos de pesquisa.

Além do auxílio da organização do método científico, toda bibliografia referenciada foi pensada pela perspectiva das vozes que precisam ser ouvidas. Neste aspecto, grande parte das e dos autores utilizados nesta dissertação, são pessoas negras, LGBTI+, moradoras de periferias e defensora dos Direitos Humanos. Discussões que foram fundamentais para dar base, comprovar hipóteses e direcionar cada ruptura epistemológica lida nesta produção.

Quem chega até aqui, a partir de então tem em mente os desafios encontrados por homens negros gays para garantir o que deveria ser um direito básico: continuar vivo. Fator que é negado para corpos, existências, que segundo a hegemonia, “valem menos”.

Por esse motivo, além de estudar as causas da violência e observar de perto as iniciativas de copos subalternos de subverter a ótica das violências, é necessário valorizar e defender a existência e concretização dos arranjos produtivos locais intensos de cultura subalterna realizados por Bixas Pretas e enxerga-los como narrativas de possibilidades em defesa da vida.

Como foi mencionado no início deste texto, esta é uma contribuição inicial de uma pauta que está em pleno processo de desenvolvimento, principalmente com a ameaça que representa o governo Bolsonaro nos avanços das discussões sobre negritude e diversidade. É por este motivo, que minha presença na academia, além de ser pedagógica, é essencial para construção de novas epistemologias do ser Bixa Preta. Para que se afrente a cada instante o genocídio de corpos de homens negros gays.

Mas que pena, só agora viu, que bela aberração?

É muito tarde, macho alfa

Eu não sou pro teu bico

Não

## Referências

ALEXANDER, M. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Boitempo, 2018.

ALONGE, W. **Cultura Gay e Mídia: Auto-afirmação identitária nos espaços da homocultura midiática**.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ANDRADE, A. T de. **A ausência de representatividade negra na mídia brasileira: Herança histórica, racismo e luta pela desconstrução de estereótipos**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) – Faculdades Integradas de Jaú. São Paulo: Jaú, p.78. 2017.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2012.

BORGES, J. **Competências Infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação**. Informação e Sociedade: Estudos, 28. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38289>. Acesso em: Ago, 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde/ Conselho Nacional de Combate a Discriminação. **Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e de promoção de Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: nov, 2020.

COSTA, H. **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**; tradução Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.



DINIZ, D. **Cadeia: relatos de mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2º ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum de Segurança Pública, 2019. Atlas. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em: 29 jul. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes; 2002. 26.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes; 1999.

FRANTZ, F. **Pele negra, máscaras brancas**. 1ª. Edição 1951. Salvador: EDUFBA, 2008. F.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. 1ª. Edição 1961. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005

GARCIA, T. O. **Política criminal e violência contra população LGBT: Um estudo com a política civil e movimentos sociais em Porto Alegre**. Editora Unilasalle: Canoas, 2019. Disponível em: < <https://revistas.unilasalle.edu.br>. Acesso em: Out, 2020.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017**. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2017.

\_\_\_\_\_. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2018**. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <http://twixar.me/dj91>. Acesso em: 29 jul. 2019.

GIDDENS, A. **A transformação da identidade**. Editora Unesp. São Paulo, 1993.

GREEN, J.N. **Mais amor e mais tesão: A construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis.** Cadernos Pagu, n. 15, p.271- 295, 2000. Disponível em: < “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis | Cadernos Pagu (unicamp.br)>. Acesso em: Out, 2020.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JESUS, C.M de. **Quarto de despejo- diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2001.

KILOMBA, G. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism.** Munster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 15 dez.2020.

LENIN, V. **As portas da revolução: escritos de Lenin de 1917.** São Paulo: Boitempo, 2005.

LOURO, G.L. **Heteronormatividade e Homofobia.** In Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOPES, M.I.V. **Pesquisa em comunicação.** 12° ed. São Paulo: Edições Layola, 2014.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista.** 3° ed. São Paulo: EDIPRO, 2015.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics.** Public Culture (Duke), v. 15-1, p. 11-40, 2003

MEDEIROS, E.S. **Necropolítica Tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos**. IN: Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2019 abr.-jun.;13(2):287-300, 2019.

MEYER, D.E.D. **Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero**. In Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MOURA, C. **Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho**. São Paulo: revista São Paulo em perspectiva, 2: 44-46, 1988.

MOTT, L. R.B. **A revolução homossexual: o poder de um mito**. Revista USP. São Paulo, n.49, p.40-59, março- maio, 2001. Disponível em: < A REVOLUÇÃO HOMOSSEXUAL: O PODER DE UM MITO | Revista USP> Acesso em: Out, 2020.

\_\_\_\_\_. **Entrevista n.1: Trajetória enquanto gay militante**. Salvador: [s.n], s/d. Entrevista publicada no site oficial do antropólogo Luiz Mott, 2017. Disponível em: < Trajetória enquanto militante gay | Luiz Mott (wordpress.com)> Acesso em: Out, 2020.

\_\_\_\_\_. **Entrevista: A homossexualidade no Brasil por Luiz Mott: Ontem, hoje e amanhã**. Revista Binacional Brasil Argentina. Bahia: Vitória da Conquista, 2020. Disponível em: [encurtador.com.br/BLT15](http://encurtador.com.br/BLT15) Acesso em: Out, 2020.

\_\_\_\_\_. **Manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos**. Salvador: [s.n], 2000. Disponível em: < MANUAL DE COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E DIVULGÇÃO DE ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL (wordpress.com)> Acesso em: Out, 2020.

NOGUEIRA, R. **Dos condenados da terra à necropolítica: diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe**. Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía / Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia n. 3, 2017.

NUNES, P.A. M. **Como se computa a violência homofóbica no Brasil? Dados, reconhecimento e visibilidade do Movimento LGBT em Maceio-AL.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas, 2018. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2989>>. Acesso em: Out, 2020.

OLIVEIRA, J. M. D de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/** José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, M.R.G.O. **Diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** – Curitiba, 2017. (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. **Nem o centro, nem a margem: o lugar da bicha preta na história e na sociedade brasileira.** Anais do V Seminário Internacional Laçando Sexualidades, 2017. (Artigo apresentado no V seminário internacional enlaçando sexualidades: 10 anos).

PERES, W.S. **Cenas de exclusão anuncias: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira.** In Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

PINTO, I. et al. **Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017.** Revista Brasil Epidemiol. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artt) Acesso em: Out, 2020.

QUEBRADA, L. **Bixa Preta.** In \_\_\_\_\_. Bixa Preta. São Paulo: Mc Linn da Quebrada, 2017.

QUEER, Q. **Quebrada Queer: Rap Box.** In \_\_\_\_\_. Quebrada Queer. São Paulo: Rap Box, Casa1, Elemess, 2018.

RACIONAIS MC's. **Capítulo 4, versículo 3**. In: \_\_\_\_\_. Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Cosa nostra, 1997.

RAMOS, Silvia; PEREIRA JR., Almir. **Disque Defesa Homossexual (DDH): Primeiro relatório**. Rio de Janeiro: Secretaria de Segurança Pública, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v16n2/v16n2a04>. Acesso em: out, 2020.

RIBEIRO, D. **O que é Lugar de Fala**. Belo Horizonte (MG): Justificando, 2017.

ROSE, D. et al. **Homofobia Letal: a violência velada contra a liberdade de orientação sexual no Brasil**. In: Retratos do Brasil homossexual: fronteiras e subjetividades e desejos. Horácio Costa et al. (Orgs). São Paulo: Edusp, 2010.

ROSOLEN, N. **O Impacto do Avanço Tecnológico nas Desigualdades Sociais**. In: Uninter Notícias. Disponível em <<https://www.uninter.com/noticias/o-impacto-do-avanco-tecnologico-nas-desigualdades-sociais-ensustentabilidade>>. Acesso em: Outubro, 2020.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 3 ed, 2010.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SHINAR, D. **Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz**. Líbero- Ano XI- nº 21-Jun 2008.

SIMÕES JÚNIOR, A. C. **‘... E havia um lampião na esquina’ - Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980)**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Rio de Janeiro: UNIRIO. 2006.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro. Leya, 2017.

VIANA, A. R.B; LACERDA, P. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CLAM/ IMS, 2004.

WEBER, M. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. Tradução Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.